



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XX — N.º 59

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 9 DE SETEMBRO DE 1965

ATA DA 81ª SESSÃO CONJUNTA, EM 8 DE SETEMBRO DE 1965

3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

As 21 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Goldwasser Santos  
José Guilomard  
Oscar Passos  
Vivaldo Lima  
Edmundo Levi  
Arthur Virgílio  
Martins Junior  
Pedro Carneiro  
Moura Palha  
Manoel Dias  
Menezes Pimentel  
José Bezerra  
Pessoa de Queiroz  
Hermann Torres  
Heribaldo Vieira  
Júlio Leite  
José Leite  
Aloysio de Carvalho  
Eduardo Catalão  
Josaphat Marinho  
Eurico Rezende  
Raul Guberti  
Gilberto Marinho  
Benedicto Valladares  
Nogueira da Gama  
Lino de Mattos  
José Feliciano  
José Elias  
Ailton Müller  
Gastão Müller  
Atilio Fontana  
Guido Mondin  
Mem de Sá — 31.

E os Srs. Deputados:

Acre

Armando Leite — PSD  
Geraldo Mesquita — PSD  
Jorge Kalume — PSD  
Mário Maia — PTB  
Rui Lino — PTB

Amazonas

Djalma Passos — PTB  
João Velga — PTB  
Leopoldo Pares — PSD  
Paulo Coelho — PDC  
Wilson Calmon — PSP (25-8-65)

Pará

Adriano Gonçalves — UDN (10 de setembro de 1965)  
Gabriel Hermes — UDN  
João Menezes — PSD  
Lopo Castro — PSP  
Carvalho da Silva

Maranhão

José Rio — PSD

Piauí

Chagas Rodrigues — PTB  
Ezequias Costa — UDN  
Laurentino Pereira — PSD (9 de outubro de 1965)  
Moura Santos — PSD

### CONGRESSO NACIONAL

Ceará

Alfredo Barreira — UDN (30-8-65)  
Dager Serra — PTB (22-10-65)  
Edilson Melo Távora — UDN  
Leão Sampaio — UDN  
Lorenço Colares — PTB  
Martins Rodrigues — PSD

Paraíba

Ernany Sátiro — UDN  
Flaviano Ribeiro — UDN  
Humberto Lucena — PSD  
Jandui Carneiro — PSD  
João Fernandes — PSD  
Luiz Bronzeado — UDN  
Raul de Goes — UDN

Pernambuco

Aderbal Jurema — PSD  
Andrade Lima Filho — PTB  
Arruda Câmara — PDC  
Augusto Novaes — UDN  
Aurino Valois — PTB  
Bezerra Leite — PTB  
Costa Cavalcanti — UDN  
Geraldo Guedes — PSD  
José Carlos Guerra — UDN  
Magalhães Melo — UDN  
Milveres Lima — PTB  
Nilo Coelho — PSD  
Tabosa de Almeida — PTB

Alagoas

Aloysio Nonô — PTB  
Medeiros Neto — PSD

Sergipe

Francisco Macedo — PTB  
José Carlos Teixeira — PSD  
Lourival Batista — UDN  
Walter Batista — PSD

Bahia

Aloysio Short — UDN (4-12-66)  
Aloisio de Castro — PSD  
Edivaldo Flores — UDN (4-12-65)  
Heltor Dias — UDN  
Henrique Lima — PSD  
João Alves — PTB  
Josaphat Azevedo — PTN  
Josaphat Borges — PSD  
Manoel Novaes — PTB  
Manso Cabral — PTB  
Mário Piva — PSD  
Necy Novaes — PTB  
Nonato Marques — PSD  
Oliveira Brito — PSD  
Oscar Cardoso — UDN  
Pedro Catalão — PTB  
Ruy Santos — UDN  
Tourinho Dantas — UDN  
Vasco Filho — UDN  
Gastão Pedreira — PTB

Espírito Santo

Baguiera Leal — UDN — (18 de novembro de 1965)  
Dirceu Cardoso — PSD  
Dulcino Monteiro — UDN  
Oswaldo Zanella — PRP  
Rio de Janeiro  
Adahuri Fernandes — PTB (24 de dezembro de 1965)  
Arnonso Celso — PTB  
Bernardo Bello — PSP  
Dado Coimbra — PSD  
Fontes Torres — PSB

Geremias Fontes — PDC

Humberto El Jaick — PTB (4 de dezembro de 1965)

Raymundo Padilha — UDN  
Roberto Saturnino — PSB

Guanabara

Adauto Cardoso — UDN  
Arnaldo Nogueira — UDN  
Aureo Melo — PTB  
Breno da Silveira — PTB  
Cardoso de Menezes — UDN  
Eurico Oliveira — PTB  
Expedito Rodrigues — PTB  
Hamilton Nogueira — UDN  
Jamil Amiden — PTB  
Mendes de Moraes — PSD  
Noronha Filho — PTB

Minas Gerais

Adair Murta — UDN (4-12-65)  
Abel Rafael — PRP  
Aminatas de Barros — PSD  
Aguilões Diniz — PTB  
Bento Gonçalves — PSP  
Bilac Pinto — UDN  
Carlos Murilo — PSD  
Celso Murta — PSD  
Cyro Maciel — PR (S.E.)  
Francelino Pereira — UDN  
Generoso Pereira — PDC (4-12-65)  
Geraldo Freire — UDN  
Guilhermino de Oliveira — PSD  
João Hercúlio — PTB  
José Bonifácio — UDN  
Nogueira de Rezende — PR  
Ormeo Botelho — UDN  
Oscar Corrêa — UDN  
Ovidio de Abreu — PSD  
Ozanam Coelho — PSD  
Padre Nobre — PTB  
Paulo Freire — PTB  
Pedro Aleixo — UDN  
Renato Azeredo — PSD  
Rondon Pacheco — UDN  
Tancredo Neves — PSD  
Uldino de Carvalho — PSD

São Paulo

Adrião Bernardes — PST  
Alceu de Carvalho — PTB  
Athie Coury — PDC  
Batista Ramos — PTB  
Campos Vergal — PSP  
Carvalho Sobrinho — PSP  
Cunha Bueno — PSD  
Hary Normaton — PSP  
Hamilton Prado — PTN  
Hélcio Maghenzani — PTB  
Herbert Levy — UDN  
Italo Fittipaldi — PSP (S.E.)  
João Lisboa — PTB (25-11-65)  
José Barbosa — PTB  
José Menck — PDC  
José Resegue — PTB  
Lazaro Cruz — UDN  
Maurício Goulart — PTN  
Nicolau Tuma — UDN  
Pacheco Chaves — PSD  
Pinheiro Brito — PSP  
Plínio Salgado — PRP  
Sussumu Hirata — UDN  
Teófilo Andrade — PDC  
Tufy Nassif — PTN  
Ulysses Guimarães — PSD

Goiás

Anísio Rocha — PSD  
Benedito Vaz — PSD  
Castro Costa — PSD  
Geraldo de Pina — PSD  
Jales Machado — UDN  
Lisbôa Machado — UDN (11-11-65)  
Lizandro Paixão — PTB (2-12-65)

Mato Grosso

Miguel Marcondes — PTB  
Wilson Martins — UDN

Paraná

Ivan Luz — PRP  
Santa Catarina  
Aroldo Carvalho — UDN  
Carneiro de Loyola — UDN  
Orlando Bertoli — PSD

Rio Grande do Sul

Adílio Viana — PTB  
Afonso Anschau — PRP  
Antônio Bresolin — PTB  
Brito Velho — PL  
Cesar Prieto — PTB  
Cid Furtado — PDC  
Clóvis Pestana — PSD  
Croacy de Oliveira — PTB  
Euclides Triches — PDC  
Flôres Soares — UDN  
Giordano Alves — PTB  
Jairo Brum — MTR  
Lino Braun — PTB  
Osmar Grafulha — PTB  
Raul Pila — PL  
Ruben Alves — PTB  
Unirio Machado — PTB  
Zeire Nunes — PTB

Amapá

Dalton Lima — PSP (27-11-65)

Roraima

Hegel Morhy — PSP — 180.

O SR. PRESIDENTE:

(Senador Nogueira da Gama) — As listas de presença acusam o comparecimento de 31 Senhores Senador e 120 Senhores Deputados, num total de 251 Senhores Congressistas.

Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Val ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte relatório:

## RELATÓRIO

Nº 79, de 1965

Da Comissão Mista incumbida da relatar o veto parcial aposto pelo Sr. Presidente da República ao projeto de lei da Câmara número 104, de 1965 (nº 2.732-B, na Câmara), que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

Relator: Sr. Mem de Sá.

O Sr. Presidente da República, nos termos da Constituição Federal, vetou, parcialmente, o projeto de lei da Câmara nº 104, de 1965 (número 2.732-B, na Câmara), que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

A proposição, conforme sabemos, é originária do Poder Executivo, tendo sofrido, todavia, algumas alterações no Congresso Nacional, pois que a Câmara dos Deputados aprovou-a com substitutivo da Comissão de Economia, nele incorporando emendas do Senado.

## DISPOSITIVOS VETADOS

Sob o fundamento de que os dispositivos abaixo mencionados, nas expressões e partes a que se referem, contrariam os "interesses nacionais", o Sr. Presidente da República vetou:

- No Art. 45, § 6º, as expressões: "sem direito a voto, nem as...";
- No Art. 50, § 4º, a expressão: "ou ao portador" e, no mesmo Art., os §§ 5º, 6º e 7º;
- No Art. 56, o § 2º;
- No art. 60, a expressão: "mantém ou...";
- No Art. 64, a parte final do § 1, assim redigida: "mas o imposto que sobre ela incidir será compensável com o imposto de pessoa jurídica devido pela sociedade sobre o seu lucro real".

## RAZÕES DO VETO (POR DISPOSITIVO VETADO)

- Art. 45, § 6º, as expressões: "sem direito a voto, nem as..."
- O Sr. Presidente da República, com relação ao veto às expressões "sem direito a voto, nem as...", ofereceu as seguintes razões:

"Os artigos 45 e seguintes autorizam as sociedades por ações, cujo capital seja nominativo ou endossável, a se constituir com capital subscrito inferior ao autorizado pelo estatuto social. É inovação já adotada por outras legislações, como instrumento valioso à atividade societária. Não se justifica, pois, que se negue a essas sociedades a possibilidade de emitir ações sem direito a voto, criando-lhes uma exceção não justificada, com relação ao tratamento legal assegurado às demais companhias. Nenhuma razão há para distinguir o tocante às sociedades de capital autorizado, das demais, pois se é certo que elas podem comprar, com lucros acumulados ou capital excedente, suas próprias ações (artigo 47), não menos certo é que as ações adquiridas, enquanto permanecerem em tesouraria, não têm direito a voto (§ 2º do artigo 47).

A peculiaridade da aquisição das ações pela própria empresa não confere, assim, ao grupo controlador do capital o direito de usá-las para modificar o "quorum" de votação — hipótese única em que se poderia vis-

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL  
ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
BRASÍLIA

## ASSINATURAS

## REPARTIÇÕES E PARTICULARES

| Capital e Interior |      |     |
|--------------------|------|-----|
| Semestre .....     | Cr\$ | 50  |
| Ano .....          | Cr\$ | 96  |
| Exterior           |      |     |
| Ano .....          | Cr\$ | 136 |

## FUNCIONARIOS

| Capital e Interior |      |     |
|--------------------|------|-----|
| Semestre .....     | Cr\$ | 39  |
| Ano .....          | Cr\$ | 76  |
| Exterior           |      |     |
| Ano .....          | Cr\$ | 103 |

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

luminar na operação de recompra uma possível manobra para acrescer o seu direito de voto, o que poderia aconselhar cautelas especiais quanto à composição do capital votante. Deverá subsistir a regra geral que admite a possibilidade de emissão de ações sem direito a voto, até o limite de 50% do capital.

— Art. 50, § 4º, a expressão "ou ao portador", e §§ 5º, 6º e 7º:

As razões oferecidas quanto à expressão e dispositivo acima referidos, são as seguintes:

"De acordo com o legislação do imposto de renda, os Fundos Mútuos de Investimentos estão isentos de pagamento. A isenção se impõe porque os contribuintes são os participantes do Fundo e não o Condomínio, que não chega a ter personalidade jurídica perante o Fisco. O Fundo comunica à Repartição Fiscal o quanto de renda sabe a cada participante, sendo este o responsável perante o Departamento do Imposto de Renda. Basta o enunciado do sistema para demonstrar a dificuldade da adoção de participações anônimas — ou sejam de cotas ao portador, não obstante preveja o § 7º uma retenção de 30% na "fonte".

Se o pagamento é "na fonte", não quer dizer que a pessoa física não precisará incluir essa renda na sua declaração do Imposto de Renda. Quem fará o recolhimento "na fonte"? A sociedade administrativa do fundo? A lei silencia a esse respeito. Além disso, é de notar-se que a própria lei determina que o titular de ações ao portador não identificável fique sujeito ao imposto de 40% não havendo, assim, razão alguma para se dar aos cotistas dos fundos em condomínio um tratamento prioritário qual o recolhimento de apenas 30%, o que configurará uma evasão tributária dentro do sistema legal.

Note-se, ademais, que a faculdade de serem ao portador cotas de fundos em condomínio representará uma incongruência com relação à sistemática da lei. Esta introduz inovações que permitirão, em futuro próximo, a extensão natural do princípio da nominatividade aos demais títulos e valores mobiliários, sem a ocorrência das reações negativas que poderiam manifestar-se. A criação de títulos de participação em Fundos de Investimentos, em condomínio, sob a forma "ao portador", representa uma incoerência, em relação ao espírito da lei, e uma involução em relação à legitimidade da forma, pois permitiria a transformação em ao portador, de um instrumento que foi criado e se desenvolveu sob o princípio de nominatividade.

Acresce salientar que a fiscalização, pelo Banco Central, do respeito às normas legais pelos Fundos Mútuos de Investimentos na emissão de cotas na forma "ao portador" exigirá um encargo do órgão fiscalizador, excessivamente elevado em relação aos benefícios que porventura a criação de cotas ao portador pudesse trazer para o mercado de capitais."

— Art. 56, o § 2º:

O § 2º do Art. 56, é vetado em virtude da seguinte razão:

"O dispositivo amplia desampliamente os abatimentos da renda bruta nas declarações de pessoas físicas. O cálculo do imposto na legislação em vigor admite reduções, como estímulo a investimentos, mas os limites estabelecidos não devem ser ultrapassados, sob pena de prejudicar-se a receita do imposto de maneira inconveniente ao equilíbrio orçamentário."

— Art. 60, a expressão "mantém ou..."

A expressão "mantém ou...", vetada pelo Sr. Presidente, retira, no

gizer do Chefe do Poder Executivo, a clareza e o objetivo fundamental do dispositivo. As razões para o veto, são, aliás, as seguintes:

"Objetiva o artigo autorizar o Poder Executivo a alienar ações de propriedade da União representativas do capital de sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, das empresas nas quais deva assegurar o controle estatal. As expressões "mantém ou" tiram indubitavelmente a clareza ao disposto no artigo. A palavra "mantém" está em contradição com a providência que o artigo autoriza que não é de manutenção do número atual de ações — lódas as empresas de propriedade da União. O artigo 60 prende-se ao seguinte — artigo 61 — o qual consagra as regras cautelares e os requisitos a que deve obedecer a alienação. Desnecessárias, pois, as expressões, cuja supressão se impõe, porque geraria dúvidas na aplicação do preceito."

— Art. 64, § 1º, a parte final, a partir da expressão "mas o imposto que..."

O veto incidente sobre a parte final do § 1º do Art. 64, assim redigida: — "mas o imposto que sobre ela incidir será compensável com o imposto de pessoa jurídica devido pela sociedade sobre o seu lucro real", tem por razões o seguinte:

"A ressalva, que é matéria do veto, constituiria maior benefício para as sociedades imobiliárias, além do que o artigo estabelece sem a sua parte final.

De fato, não haveria a incidência do imposto de 5% sobre o valor de custo do imóvel corrigido, como ocorre na correção do ativo imobilizado.

Excluídas aquelas parcelas, da correção jurídica, a compensação do imposto pago à razão de 50% importaria em redução injustificada do imposto sobre o lucro real."

Em face do exposto no presente relatório, esta Comissão Mista julga ter habilitado os Srs. Congressistas a apreciarem convenientemente o veto (parcial) aposto pelo Sr. Presidente da República ao projeto que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1965. José Feliciano, Presidente — Mem de Sá, Relator — Adolpho Franco — Getúlio Moura — Flores Soares — Floriano Rubim.

## MENSAGEM

Nº 291, DE 1965

(Nº 519, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.732, de 1960 (no Senado nº 104-65), que disciplina o mercado financeiro e de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

Incidem os vetos sobre as seguintes partes, que considero contrárias aos interesses nacionais:

a) No § 6º do art. 45, as expressões: "Sem direito a voto, nem as".

## Razões:

Os artigos 45 e seguintes autorizam as sociedades por ações, cujo capital seja nominativo ou endossável, a se constituir com capital subscrito infe-

rior ao autorizado pelo estatuto social. A inovação já adotada por outras legislações, como instrumento valioso à atividade societária. Não se justifica, pois, que se negue a essas sociedades a possibilidade de emitir ações sem direito a voto, criando-lhes uma exceção não justificada, com relação ao tratamento legal assegurado às demais companhias. Nenhuma razão há para distinguir no tocante às sociedades de capital autorizado, das demais, pois se é certo que elas podem comprar, com lucros acumulados ou capital excedente, suas próprias ações (artigo 47), não menos certo é que as ações adquiridas, enquanto permanecerem em tesouraria, não têm direito a voto (§ 2º do artigo 47).

A peculiaridade da aquisição das ações pela própria empresa não confere, assim, ao grupo controlador do capital o direito de usá-las para modificar o "quorum" de votação — hipótese única em que se poderia vislumbrar na operação de recompra uma possível manobra para crescer o seu direito de voto, o que poderia aconselhar cautelas especiais quanto à composição do capital votante. Deverá subsistir a regra geral que admite a possibilidade de emissão de ações sem direito a voto, até o limite de 50% do capital.

b) No artigo 50, § 4º, a expressão "ou ao portador" e os §§ 6º e 7º, do mesmo artigo.

#### Razões:

De acordo com a legislação do imposto de renda, os Fundos Mútuos de Investimentos estão isentos de pagamento. A isenção se impõe porque os contribuintes são os participantes do Fundo e não o Condomínio, que não chega a ter personalidade jurídica perante o Fisco. O Fundo comunica à Repartição Fiscal o quanto de renda cabe a cada participante, sendo este o responsável perante o Departamento do Imposto de Renda. Basta o enunciado do sistema para demonstrar a dificuldade da adoção de participações anônimas ou sejam de cotas ao portador, não obstante preveja o § 7º uma retenção de 30% na fonte.

Se o pagamento é "na fonte", não quer dizer que a pessoa física não precisará incluir essa renda na sua declaração do Imposto de Renda. Quem fará o recolhimento "na fonte"? A lei silencia a esse respeito. Além disso, e de notar-se que a própria lei determina que o titular de ações ao portador não identificável fique sujeito ao imposto de 40%, não havendo, assim, razão alguma para se fazer aos cotistas dos fundos em condomínio um tratamento prioritário qual o recolhimento de apenas 30%, o que configurará uma evasão tributária dentro do sistema legal.

Note-se, ademais, que a faculdade de serem ao portador cotas de fundos em condomínio representará uma incongruência com relação à sistemática da lei. Esta introduz inovações que permitirão, em futuro próximo, aos cotistas títulos e valores mobiliários, sem a ocorrência das reações negativas que poderiam manifestar-se.

A criação de títulos de participações em Fundos de Investimentos, em condomínio, sob a forma "ao portador", representa uma incoerência, em relação ao espírito da lei, e uma inovação em relação à legitimidade da forma, pois permitiria a transformação em ao portador, de um instrumento que foi criado e se desenvolveu sob o princípio de nominatividade.

Acresce salientar que a fiscalização, pelo Banco Central, do respeito às normas legais pelos Fundos Mútuos de Investimentos na emissão de cotas na forma "ao portador", exigirá um encargo do órgão fiscalizador, excessivamente elevado em relação aos benefícios que porventura a cria-

ção de cotas ao portador pudessem trazer para o mercado de capitais.

#### c) O § 2º do artigo 56.

#### Razões:

O dispositivo amplia demasiadamente os abatimentos da renda bruta nas declarações de pessoas físicas. O cálculo do imposto na legislação em vigor admite reduções, como estímulo a investimentos, mas os limites estabelecidos não devem ser ultrapassados, sob pena de prejudicar-se a receita do imposto de maneira inconveniente ao equilíbrio orçamentário.

d) No artigo 60, a expressão "mantém ou".

#### Razões:

Objetiva o artigo autorizar o Poder Executivo a alienar ações de propriedade da União representativas do capital de sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, das empresas nas quais deva assegurar o controle estatal. As expressões "mantém ou" tiram indubitavelmente a clareza ao disposto no artigo. A palavra "mantém" está em contradição com a providência que o artigo autoriza que não é de manutenção do número atual de ações em todas as empresas de propriedade da União. O artigo 60 prende-se ao seguinte — artigo 61, — o qual consagra as regras cautelares e os requisitos a que deve obedecer a alienação. Desnecessárias, pois, as expressões, cuja supressão se impõe, porque geraria dúvidas na aplicação do preceito.

e) No § 1º do artigo 64, a parte final: "mas o imposto que sobre ela incidir será compensável com o imposto de pessoa jurídica devido pela sociedade sobre o seu lucro real".

#### Razões:

A ressalva, que é matéria do veto, constituiria maior benefício para as sociedades imobiliárias, além do que o artigo estabelece sem a sua parte final.

De fato, não haveria a incidência do imposto de 5% sobre o valor de custo do imóvel corrigido, como ocorre na do ativo imobilizado.

Excluídas aquelas parcelas, da correção do custo, na determinação do lucro tributável da pessoa jurídica, a compensação do imposto pago à razão de 50% importaria em redução injustificada do imposto sobre o lucro real.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 14 de julho de 1965.  
— H. Castello Branco.

#### PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

*Disciplina o Mercado de Capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.*

#### O Congresso Nacional decreta:

*Atribuições dos órgãos administrativos*

Art. 1º Os mercados financeiro e de capitais serão disciplinados pelo Conselho Monetário Nacional e fiscalizados pelo Banco Central da República do Brasil.

Art. 2º O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central exercerão as suas atribuições legais relativas aos mercados financeiro e de capitais com a finalidade de:

I — facilitar o acesso do público a informações sobre os títulos ou valores mobiliários distribuídos no mercado e sobre as sociedades que os emitirem;

II — proteger os investidores contra emissões ilegais ou fraudulentas de títulos ou valores mobiliários;

III — evitar modalidades de fraude e manipulação destinadas a criar condições artificiais da demanda, oferta ou preço de títulos ou valores mobiliários distribuídos no mercado;

IV — assegurar a observância de práticas comerciais equitativas por todos aqueles que exerçam, profissionalmente, funções de intermediação na distribuição ou negociação de títulos ou valores mobiliários;

V — disciplinar a utilização do crédito no mercado de títulos ou valores mobiliários;

VI — regular o exercício da atividade corretora de títulos mobiliários e de câmbio.

Art. 3º Compete ao Banco Central:

I — autorizar a constituição e fiscalizar o funcionamento das Bolsas de Valores.

II — autorizar o funcionamento e fiscalizar as operações das sociedades corretoras membros das Bolsas de Valores (arts. 8º e 9º) e das sociedades de investimento;

III — autorizar o funcionamento e fiscalizar as operações das instituições financeiras, sociedades ou firmas individuais que tenham por objeto a subscrição para revenda e a distribuição de títulos ou valores mobiliários;

IV — manter registro e fiscalizar as operações das sociedades e firmas individuais que exerçam as atividades de intermediação na distribuição de títulos ou valores mobiliários, ou que efetuem, com qualquer propósito, a captação de poupança popular no mercado de capitais.

V — registrar títulos e valores mobiliários para efeito de sua negociação nas Bolsas de Valores;

VI — registrar as emissões de títulos ou valores mobiliários a serem distribuídos no mercado de capitais;

VII — fiscalizar a observância pelas sociedades emissoras de títulos ou valores mobiliários negociados na bolsa, das disposições legais e regulamentares relativas a:

a) publicidade da situação econômica e financeira da sociedade, sua administração e aplicação dos seus resultados;

b) proteção dos interesses dos portadores de títulos e valores mobiliários distribuídos nos mercados financeiro e de capitais.

VIII — fiscalizar a observância das normas legais e regulamentares relativas à emissão, ao lançamento, à subscrição e à distribuição de títulos ou valores mobiliários colocados no mercado de capitais;

IX — manter e divulgar as estatísticas relativas ao mercado de capitais, em coordenação com o sistema estatístico nacional;

X — fiscalizar a utilização de informações não divulgadas ao público em benefício próprio ou de terceiros, por acionistas ou pessoas que, por força de cargos que exerçam, a elas tenham acesso.

Art. 4º No exercício de suas atribuições, o Banco Central poderá examinar os livros e documentos das instituições financeiras, sociedades, empresas e pessoas referidas no artigo anterior, as quais serão obrigadas a prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Banco Central.

§ 1º Nenhuma sanção será imposta pelo Banco Central, sem antes ter assinado prazo, não inferior a 30 (trinta) dias, ao interessado para se manifestar, ressalvado o disposto no § 3º do art. 16, desta Lei.

§ 2º Quando, no exercício das suas atribuições, o Banco Central tomar conhecimento de crime definido em lei como de ação pública, oficiará ao Ministério Público para a instalação de inquérito policial.

§ 3º Os pedidos de registro subscritos ao Banco Central, nos termos dos arts. 1º e 2º desta Lei, serão deferidos dentro de 30 (trinta) dias da sua apresentação, se nesse prazo não forem indeferidos.

§ 4º A fluência do prazo referido no parágrafo anterior poderá ser interrompida uma única vez, se o Banco Central pedir informações ou documentos suplementares, em cumprimento das normas legais ou regulamentares em vigor.

§ 5º Ressalvado o disposto no § 2º o Conselho Monetário Nacional fixará os prazos em que o Banco Central deverá processar os pedidos de autorização, registro ou aprovação previstos nesta Lei.

§ 6º O Banco Central fará aplicar aos infratores do disposto na presente lei as penalidades previstas no capítulo V da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

#### Seção II

*Sistema de distribuição no mercado de capitais*

Art. 5º O sistema de distribuição de títulos ou valores mobiliários no mercado de capitais será consuetudinário:

I — das Bolsas de Valores e das sociedades corretoras que sejam seus membros;

II — das instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais;

III — das sociedades ou empresas que tenham por objeto a subscrição de títulos para revenda, ou sua distribuição no mercado, e que sejam autorizadas a funcionar nos termos do art. 11;

IV — das sociedades ou empresas que tenham por objeto atividade de intermediação na distribuição de títulos ou valores mobiliários, e que estejam registradas nos termos do artigo 12.

Art. 6º As Bolsas de Valores terão autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e operarão sob a supervisão do Banco Central, de acordo com a regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 7º Compete ao Conselho Monetário Nacional fixar as normas gerais a serem observadas na constituição, organização e funcionamento das Bolsas de Valores, e relativas a:

I — condições de constituição e extinção; forma jurídica; órgãos de administração e seu preenchimento; exercício de poder disciplinar sobre os membros da Bolsa, imposição de penas e condições de exclusão;

II — número de sociedades corretoras membros da Bolsa, requisitos ou condições de admissão quanto à idoneidade, capacidade financeira, habilitação técnica dos seus administradores e forma de representação nas Bolsas;

III — espécies de operações admitidas nas Bolsas; normas, métodos e práticas a serem observados nessas operações; responsabilidade das sociedades corretoras nas operações;

IV — administração financeira das Bolsas; emolumentos, comissões e quaisquer outros custos cobrados pelas Bolsas ou seus membros;

V — normas destinadas a evitar ou reprimir manipulações de preços e operações fraudulentas; condições a serem observadas nas operações autorizadas de sustentação de preços;

VI — registro das operações a ser mantido pelas Bolsas e seus membros; dados estatísticos a serem apurados pelas Bolsas e fornecidos ao Banco Central;

VII — fiscalização do cumprimento de obrigações legais pelas sociedades cujos títulos sejam negociados na Bolsa;

VIII — percentagem mínima do preço dos títulos negociados a termo, que deverá ser obrigatoriamente liquidada à vista;



IX — crédito para aquisição de títulos e valores mobiliários no mercado de capitais.

§ 1º Exceto na matéria prevista no inciso VIII, as normas a que se refere este artigo somente poderão ser aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional depois de publicadas para receber sugestões durante 30 (trinta) dias.

§ 2º As sugestões referidas no parágrafo anterior serão feitas por escrito, por intermédio do Banco Central.

Art. 8º A intermediação dos negócios nas Bolsas de Valores será exercida por sociedades corretoras membros da Bolsa, cujo capital mínimo será fixado pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 1º A participação societária conjunta dos administradores das sociedades corretoras não poderá ser inferior a metade do capital votante;

§ 2º As sociedades, referidas neste artigo somente poderão funcionar depois de autorizadas pelo Banco Central, e a investidura dos seus dirigentes estará sujeita às condições legais vigentes para os administradores de instituições financeiras;

§ 3º Nas condições fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, a sociedade corretora poderá ser membro de mais de uma Bolsa de Valores;

§ 4º Os administradores das sociedades corretoras não poderão exercer qualquer cargo administrativo, consultivo, fiscal ou deliberativo em outras empresas cujos títulos ou valores mobiliários sejam negociados em Bolsa.

§ 5º As sociedades referidas neste artigo, ainda que não revistam a forma anônima, são obrigadas a observar as normas de que trata o art. 20, § 1º, alíneas a e b.

§ 6º O Conselho Monetário Nacional assegurará aos atuais Corretores de Fundos Públicos a faculdade de se registrarem no Banco Central, para intermediar a negociação nas Bolsas de Valores, sob a forma da firma individual, observados os mesmos requisitos estabelecidos para as sociedades corretoras previstas neste artigo, e sob a condição de extinção da firma, por morte do respectivo titular, ou pela participação deste em sociedade corretora.

Art. 9º O Conselho Monetário Nacional fixará as normas gerais a serem observadas em matéria de organização, disciplina e fiscalização das atribuições e atividades das sociedades corretoras membros das Bolsas e dos corretores de câmbio.

§ 1º A partir de um ano, a contar da vigência desta Lei, prorrogável, no máximo, por mais 3 (três) meses, a critério do Conselho Monetário Nacional, será facultativa a intervenção de corretores nas operações de câmbio e negociações das respectivas letras, quando realizadas fora das Bolsas.

§ 2º Para efeito da fixação do curso de câmbio, todas as operações serão obrigatoriamente comunicadas ao Banco Central.

§ 3º Aos atuais corretores inscritos nas Bolsas de Valores será permitido o exercício simultâneo da profissão de corretor de câmbio com a de membro da sociedade corretora ou de titular de firma individual organizada de acordo com o § 6º do art. 8º desta Lei.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional fixará o prazo de até um ano, prorrogável, a seu critério, por mais um ano, para que as Bolsas de Valores existentes e os atuais corretores de fundos públicos se adaptem aos dispositivos desta Lei.

§ 5º A facultatividade a que se refere o § 1º deste artigo entrará em vigor na data da vigência desta Lei, para as transações de compra ou venda de câmbio por parte da União, dos Estados, dos Municípios, das sociedades de economia mista, das autarquias e das entidades paraestatais,

excetuadas as operações de câmbio dos bancos oficiais com pessoas físicas ou jurídicas não estatais.

§ 6º O Banco Central é autorizado, durante o prazo de 2 (dois) anos, a contar da vigência desta Lei, a prestar assistência financeira às Bolsas de Valores, quando, a seu critério, se fizer necessário para que se adaptem aos dispositivos desta Lei.

Art. 10. Compete ao Conselho Monetário Nacional fixar as normas gerais a serem observadas no exercício das atividades de subscrição para revenda, distribuição, ou intermediação na colocação, no mercado, de títulos ou valores mobiliários, e relativos a:

I — capital mínimo das sociedades que tenham por objeto a subscrição para revenda e a distribuição de títulos no mercado;

II — condições de registro das sociedades ou firmas individuais que tenham por objeto atividades de intermediação na distribuição de títulos no mercado;

III — condições de idoneidade, capacidade financeira e habilitação técnica a que deverão satisfazer os administradores ou responsáveis pelas sociedades ou firmas individuais referidas nos incisos anteriores;

IV — procedimento administrativo de autorização para funcionar das sociedades referidas no inciso I e do registro das sociedades e firmas individuais referidas no inciso II;

V — espécies de operações das sociedades referidas nos incisos anteriores; normas, métodos e práticas a serem observados nessas operações;

VI — comissões, agios, descontos ou quaisquer outros custos cobrados pelas sociedades de empresas referidas nos incisos anteriores;

VII — normas destinadas a evitar manipulações de preço e operações fraudulentas;

VIII — registro das operações a serem mantidas pelas sociedades e empresas referidas nos incisos anteriores, e dados estatísticos a serem apurados e fornecidos ao Banco Central;

IX — condições de pagamento a prazo dos títulos negociados.

Art. 11. Depende de prévia autorização do Banco Central, o funcionamento de sociedades ou firmas individuais que tenham por objeto a subscrição para revenda e a distribuição no mercado de títulos ou valores mobiliários.

Parágrafo único. Depende igualmente de aprovação pelo Banco Central:

a) a modificação de contratos ou estatutos sociais das sociedades referidas neste artigo;

b) a investidura de administradores, responsáveis ou prepostos das sociedades e empresas referidas neste artigo.

Art. 12. Depende de prévio registro no Banco Central o funcionamento de sociedades que tenham por objeto qualquer atividade de intermediação na distribuição, ou colocação no mercado, de títulos ou valores mobiliários.

Art. 13. A autorização para funcionar e o registro referidos nos artigos 11 e 12 observarão o disposto no § 1º do art. 10 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e somente poderão ser cassados nos casos previstos em normas gerais aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 14. Compete ao Conselho Monetário Nacional fixar as normas gerais a serem observadas nas operações das instituições financeiras autorizadas a operar em aceite ou coobrigação em títulos cambiais a serem distribuídos no mercado, e relativas a:

I — capital mínimo;

II — limites de riscos, prazo mínimo e máximo dos títulos, espécie das garantias recebidas; relação entre o valor das garantias e o valor dos títulos objeto do aceite ou coobrigação;

III — disciplina ou proibição de desconto de papéis;

IV — fiscalização das operações pelo Banco Central;

V — organização e funcionamento de consórcios (art. 15).

Art. 15. As instituições financeiras autorizadas a operar no mercado financeiro e de capitais poderão organizar consórcio para o fim especial de colocar títulos ou valores mobiliários no mercado.

§ 1º Quando o consórcio tiver por objetivo aceite ou coobrigação em títulos cambiais, a responsabilidade poderá ser distribuída entre os membros do consórcio.

§ 2º O consórcio será regulado por contrato que só entrará em vigor depois de registrado no Banco Central e do qual constarão, obrigatoriamente, as condições e os limites de coobrigação de cada instituição participante, a designação da instituição líder do consórcio e a outorga, a esta, de poderes de representação das demais participantes.

§ 3º A responsabilidade de cada uma das instituições participantes do consórcio formado nos termos deste artigo será limitada ao montante do risco que assumir no instrumento de contrato de que trata o parágrafo anterior.

§ 4º Os contratos previstos no presente artigo são isentos do imposto do selo.

### SEÇÃO III

#### Acesso aos mercados financeiro e de capitais

Art. 16. As emissões de títulos ou valores mobiliários somente poderão ser feitas nos mercados financeiro e de capitais através do sistema de distribuição previsto no art. 5º.

§ 1º Para os efeitos deste artigo considera-se emissão a oferta ou negociação de títulos ou valores mobiliários:

a) pela sociedade emissora ou coobrigada;

b) por sociedades ou empresas que exerçam habitualmente as atividades de subscrição, distribuição ou intermediação na colocação no mercado de títulos ou valores mobiliários.

c) pela pessoa natural ou jurídica que mantêm o controle da sociedade emissora dos títulos ou valores mobiliários oferecidos ou negociados.

§ 2º Entende-se por colocação ou distribuição de títulos ou valores mobiliários nos mercados financeiro e de capitais a negociação, oferta ou aceitação de oferta para negociação:

a) mediante qualquer modalidade de oferta pública;

b) mediante a utilização de serviços públicos de comunicação;

c) em lojas, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos acessíveis ao público;

d) através de corretores ou intermediários que procurem tomadores para os títulos.

§ 3º As sociedades que infringirem o disposto neste artigo ficarão sujeitas à cessação imediata de suas atividades de colocação de títulos ou valores mobiliários no mercado mediante intimação do Banco Central, que requisitará, se necessário, a intervenção da autoridade policial.

Art. 17. Os títulos cambiais deverão ter a coobrigação de instituição da autoridade policial, e, salvo os casos regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional em caráter geral e de modo a assegurar garantia adequada aos que os adquirirem.

§ 1º As empresas que, a partir da publicação desta Lei, colocarem papéis no mercado de capitais em desobediência ao disposto neste Capítulo, não terão acesso aos bancos oficiais e os títulos de sua emissão ou aceite não terão curso na Carteira de Redescontos, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º As empresas que, na data da publicação desta Lei, tiverem em circulação títulos cambiais com sua responsabilidade em condições proibidas por esta Lei, poderão ser autorizadas pelo Banco Central a continuar a colocação com a redução gradativa do total dos papéis em circulação, desde que dentro de 60 (sessenta) dias o requeiram, com a indicação do valor total dos títulos em circulação e apresentação da proposta de sua liquidação no prazo de até 12 (doze) meses, prorrogável, pelo Banco Central, no caso de comprovada necessidade, no máximo, por mais 6 (seis) meses.

§ 3º As empresas que utilizarem a facilidade indicada no parágrafo anterior poderão realizar assembleia geral ou alterar seus contratos sociais, no prazo de 60 (sessenta) dias da vigência desta Lei, de modo a assegurar opção aos tomadores para converter seus créditos em ações ou cotas de capital da empresa devedora, opção válida até a data do vencimento dos respectivos títulos.

§ 4º A infração ao disposto neste artigo sujeitará os emitentes, coobrigados e tomadores de títulos de crédito à multa de até 50 % (cinquenta por cento) do valor do título.

Art. 18. São isentas do imposto do selo quaisquer conversões, livremente pactuadas, em ações ou cotas do capital das empresas obrigadas em títulos de dívida em circulação na data da presente lei, sem a coobrigação de instituições financeiras, concretizada no prazo de 120 (cento e oitenta) dias da vigência desta Lei.

Art. 19. Somente poderão ser negociadas nas Bolsas de Valores os títulos ou valores mobiliários de emissão:

I — de pessoas jurídicas de direito público;

II — de pessoas jurídicas de direito privado registradas no Banco Central.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos títulos cambiais colocados no mercado de acordo com o artigo 17.

§ 2º Para as sociedades que já tenham requerido a cotação de suas ações nas Bolsas de Valores, o disposto neste artigo entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1966, quando ficará revogado o Decreto-lei nº 9.783, de 6 de setembro de 1946.

Art. 20. Compete ao Conselho Monetário Nacional expedir normas gerais sobre o registro referido no inciso II do artigo anterior, e relativas a:

I — informações e documentos a serem apresentados para obtenção de registro inicial;

II — informações e documentos a serem apresentados periodicamente para a manutenção do registro;

III — casos em que o Banco Central poderá recusar, suspender ou cancelar o registro.

§ 1º Caberá ainda ao Conselho Monetário Nacional expedir normas a serem observadas pelas pessoas jurídicas referidas neste artigo, e relativas a:

a) natureza, detalhe e periodicidade da publicação de informações sobre a situação econômica e financeira da pessoa jurídica, suas operações, administração e acionistas que controlam a maioria do seu capital votante;

b) organização do balanço e das demonstrações de resultado, padrões de organização contábil, relatórios e pareceres de auditores independentes registrados no Banco Central;

c) manutenção de mandatórios para a prática dos atos relativos ao registro de ações e obrigações nominativas, ou nominativas endossáveis.

§ 2º As normas referidas neste artigo não poderão ser aprovadas antes de decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação para receber sugestões.

Art. 21. Nenhuma emissão de títulos ou valores mobiliários poderá ser

lançada, oferecida publicamente, ou ter iniciada a sua distribuição no mercado, sem estar registrada no Banco Central.

§ 1º Caberá ao Conselho Monetário Nacional estabelecer normas gerais relativas às informações que deverão ser prestadas no pedido de registro previsto neste artigo em matéria de:

a) pessoa jurídica emitente ou coobrigada, sua situação econômica e financeira, administração e acionistas que controlem a maioria de seu capital votante;

b) características e condições dos títulos ou valores mobiliários a serem distribuídos;

c) pessoas que participarão da distribuição.

§ 2º O pedido de registro será acompanhado dos prospectos e quaisquer outros documentos a serem publicados, ou distribuídos, para oferta, anúncio ou promoção de lançamento da emissão.

§ 3º O Banco Central poderá suspender ou proibir a distribuição de títulos ou valores:

a) cuja oferta, lançamento, promoção ou anúncio esteja sendo feito em condições diversas das constantes do registro da emissão, ou com a divulgação de informações falsas ou manifestamente tendenciosas ou imprecisas;

b) cuja emissão tenha sido julgada legal ou fraudulenta, ainda que em data posterior ao respectivo registro.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos títulos cambiais colocados no mercado com a coobrigação de instituições financeiras.

#### Seção IV

##### Acesso de empresas de capital estrangeiro ao sistema financeiro nacional

Art. 22. Em períodos de desequilíbrio do balanço de pagamentos, reconhecidos pelo Conselho Monetário Nacional, o Banco Central, ao adotar medidas de contenção do crédito, poderá limitar o recurso ao sistema financeiro do País, no caso das empresas que tenham acesso ao mercado financeiro internacional.

§ 1º Para os efeitos deste artigo considera-se que têm acesso ao mercado financeiro internacional:

a) filiais de empresas estrangeiras;  
b) empresas com sede no País cujo capital pertença integralmente a residente ou domiciliados no exterior;  
c) sociedades com sede no País controladas por pessoas residentes ou domiciliadas no exterior.

§ 2º Considera-se empresa controlada por pessoas residentes ou domiciliadas no exterior, quando estas detenham direta ou indiretamente a maioria do capital com direito a voto.

Art. 23. O limite de acesso ao sistema financeiro referido no art. 22 não poderá ser fixado em nível inferior:

a) 150 % (cento e cinquenta por cento) dos recursos próprios pertencentes a residentes ou domiciliados no exterior;

b) 250 % (duzentos e cinquenta por cento) dos recursos próprios pertencentes a residentes ou domiciliados no País.

§ 1º O limite previsto no presente artigo será apurado pela média mensal em cada exercício social da empresa.

§ 2º Para efeitos deste artigo, os recursos próprios compreendem:

a) o capital declarado para a filial, ou o capital da empresa com sede no País;

b) o resultado das correções monetárias de ativo fixo ou de manutenção de capital de giro próprio;

c) os saldos credores de acionistas, matriz ou empresas associadas, sempre que não vencerem juros e tiverem

a natureza de capital adicional, avaliados, em moeda estrangeira, a taxa de câmbio, em vigor para a amortização de empréstimos externos;

d) as reservas e os lucros suspensos ou pendentes.

§ 3º As reservas referidas na alínea "d" do parágrafo anterior compreendem as facultativas ou obrigatoriamente formadas com lucros acumulados, excluídas as contas passivas de regularização do ativo, tais como depreciação, amortização ou exaustão, e as provisões para quaisquer riscos, inclusive contas de liquidação duvidosa e técnicas de seguros de capitalização.

§ 4º O sistema financeiro nacional, para os efeitos deste artigo, compreende o mercado de capitais e todas as instituições financeiras, públicas ou privadas, com sede ou autorizadas a funcionar no País.

§ 5º O saldo devedor da empresa ao sistema financeiro corresponderá à soma de todos os empréstimos desse sistema, seja qual for a forma do contrato, inclusive abertura de créditos e emissão ou desconto, de efeitos comerciais, títulos cambiais ou debêntures, não computados os seguintes valores:

a) empréstimos realizados nos termos da Lei nº 2.300, de 23 de agosto de 1954;

b) empréstimos sob a forma de debêntures conversíveis em ações;

c) depósitos em moeda em instituições financeiras;

d) créditos contra quaisquer pessoas de direito público interno, autarquias federais e sociedades de economia mista controladas pelos Governos Federal, Estadual ou Municipal;

e) adiantamentos sobre venda de câmbio resultantes de exportações.

§ 6º O disposto neste artigo e no artigo seguinte não se aplica às instituições financeiras, cujos limites serão fixados de acordo com a Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 24. Dentro de quatro meses do encerramento de cada exercício social seguinte ao da decisão prevista no art. 22, as empresas referidas no artigo 23 apresentarão ao Banco Central quadro demonstrativo da observância, no exercício, encerrado, dos limites de dívidas no sistema financeiro nacional.

Parágrafo único. A empresa que deixar de observar, em algum exercício social, o limite previsto no art. 23, ficará sujeita à multa imposta pelo Banco Central, de até 30% (trinta por cento) do excesso da dívida no sistema financeiro nacional, multa que será duplicada no caso de reincidência.

Art. 25. O Banco Central, ao aplicar a norma prevista no art. 22, fixará as condições seguintes:

I — Se a média mensal das dívidas da empresa no sistema financeiro nacional, durante os doze meses anteriores, não tiver excedido os limites previstos no art. 23, esses limites serão obrigatórios inclusive para o exercício social em curso;

II — Se a média mensal das dívidas da empresa no sistema financeiro nacional, durante os doze meses anteriores, tiver excedido os limites previstos no art. 23, a empresa deverá aumentar os recursos próprios ou reduzir progressivamente o total das suas dívidas no sistema financeiro nacional, de modo a alcançar os limites do art. 23, no prazo máximo de dois anos, a contar da data da resolução do Banco Central.

#### Seção V

##### Obrigações com cláusula de correção monetária

Art. 26. As sociedades por ações poderão emitir debêntures, ou obrigações ao portador ou nominativas endossadas,

com cláusula de correção monetária, desde que observadas as seguintes condições:

I — prazo de vencimento igual ou superior a um ano;

II — correção efetuada em períodos não inferiores a três meses, segundo os coeficientes aprovados pelo Conselho Nacional de Economia para a correção dos créditos fiscais;

III — subscrição por instituições financeiras especialmente autorizadas pelo Banco Central, ou colocação no mercado de capitais com a intermediação dessas instituições.

§ 1º A emissão de debêntures nos termos deste artigo terá por limite máximo a importância do patrimônio líquido da companhia, apurado nos termos fixados pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º O Conselho Monetário Nacional expedirá, para cada tipo de atividade, normas relativas a:

a) limite da emissão de debêntures observado o máximo estabelecido no parágrafo anterior;

b) análise técnica e econômico-financeira da empresa emissora e do projeto a ser financiado com os recursos da emissão, que deverá ser procedida pela instituição financeira que subscrever ou colocar a emissão;

c) coeficientes ou índices mínimos de rentabilidade, solvabilidade ou liquidez a que deverá satisfazer a empresa emissora;

d) sustentação das debêntures no mercado pelas instituições financeiras que participem da colocação.

§ 3º As diferenças nominais resultantes da correção do principal das debêntures emitidas nos termos deste artigo não constituem rendimento tributável para efeitos do imposto de renda, nem obrigam a complementação do imposto do sólo pago na emissão das debêntures.

§ 4º Será assegurado às instituições financeiras intermediárias no lançamento das debêntures a que se refere este artigo, enquanto obrigadas à sustentação prevista na alínea "d" do § 2º, o direito de indicar um representante como membro do Conselho Fiscal da empresa emissora, até o final resgate de todas as obrigações emitidas.

§ 5º A instituição financeira intermediária na colocação representa os portadores de debêntures ausentes das assembleias de debênturistas.

§ 6º As condições de correção monetária estabelecidas no inciso II deste artigo poderão ser aplicadas às operações previstas nos arts. 5º, 15 e 52, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Art. 27. As sociedades de fins econômicos poderão sacar, emitir ou aceitar letras de câmbio ou notas promissórias cujo principal fique sujeito à correção monetária, desde que observadas as seguintes condições:

I — prazo de vencimento igual ou superior a um ano, e dentro do limite máximo fixado pelo Conselho Monetário Nacional;

II — correção segundo os coeficientes aprovados pelo Conselho Nacional de Economia para a correção atribuída às obrigações do Tesouro;

III — sejam destinadas à colocação no mercado de capitais com o aceite ou coobrigação de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central.

§ 1º O disposto no art. 26, § 3º, aplica-se à correção monetária dos títulos referidos neste artigo.

§ 2º As letras de câmbio e as promissórias a que se refere este artigo deverão conter, no seu contexto, a cláusula de correção monetária.

Art. 28. As instituições financeiras que satisfizerem as condições gerais fixadas pelo Banco Central para esse tipo de operações, poderão assegurar a correção monetária a depósitos a

prazo fixo não inferior a um ano e não movimentáveis durante todo o seu prazo.

§ 1º Observadas as normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, as instituições financeiras a que se refere este artigo poderão contratar empréstimos com as mesmas condições de correção, desde que:

a) tenham prazo mínimo de um ano;

b) o total dos empréstimos corrigidos não exceda o montante dos depósitos corrigidos referidos neste artigo;

c) o total da remuneração da instituição financeira, normas transações, não exceda os limites fixados pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º Os depósitos e empréstimos referidos neste artigo não poderão ser corrigidos além dos coeficientes fixados pelo Conselho Monetário Nacional de Economia para a correção das Obrigações do Tesouro.

§ 3º As diferenças nominais resultantes da correção, nos termos deste artigo, do principal de depósitos, não constituem rendimento tributável para os efeitos do imposto de renda.

Art. 29. Compete ao Banco Central autorizar a constituição de bancos de investimento de natureza privada cujas operações e condições de funcionamento serão reguladas pelo Conselho Monetário Nacional, prevendo:

I — o capital mínimo;

II — a proibição de receber depósitos à vista ou movimentáveis por cheque;

III — a permissão para receber depósitos a prazo não inferior a um ano, não movimentáveis e com cláusula de correção monetária do seu valor;

IV — a permissão para conceder empréstimos a prazo não inferior a um ano, com cláusula de correção monetária;

V — a permissão para administração dos fundos em condomínio de que trata o art. 50;

VI — os juros e taxas máximas admitidos nas operações indicadas nos incisos III e IV;

VII — as condições operacionais, de modo geral, inclusive garantias exigíveis, montantes e prazos máximos.

§ 1º O Conselho Monetário Nacional fixará ainda as normas a serem observadas pelos bancos de investimento e relativas a:

a) espécies de operações ativas e passivas, inclusive as condições para concessão de aval em moeda nacional ou estrangeira;

b) análise econômico-financeira e técnica do mutuário e do projeto a ser financiado; coeficientes ou índices mínimos de rentabilidade, solvabilidade e liquidez a que deverá satisfazer o mutuário;

c) condições de diversificação de riscos.

§ 2º Os bancos de investimentos adotarão em suas operações ativas e passivas sujeitas à correção monetária as mesmas regras ditadas no artigo 26.

§ 3º Os bancos de que trata este artigo ficarão sujeitos à disciplina ditada pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para as instituições financeiras privadas.

§ 4º Atendidas as exigências que forem estabelecidas em caráter geral pelo Conselho Monetário Nacional, o Banco Central autorizará a transformação, em bancos de investimentos, de instituições financeiras que pratiquem operações relacionadas com a concessão de crédito a médio e longo prazos, por conta própria ou de terceiros, a subscrição para revenda e a distribuição no mercado de títulos ou valores mobiliários.

Art. 30. Os bancos referidos no artigo anterior, para os depósitos com prazo superior a 18 meses, poderão

emitir em favor dos respectivos depositantes certificados de depósito bancário, dos quais constarão:

- I — o local e a data da emissão;
- II — o nome do banco emissor e as assinaturas dos seus representantes;
- III — a denominação "certificado de depósito bancário";
- IV — a indicação da importância depositada e a data da sua exigibilidade;
- V — o nome e a qualificação do depositante;
- VI — a taxa de juros convencional e a época do seu pagamento;
- VII — o lugar do pagamento do depósito e dos juros;
- VIII — a cláusula de correção monetária se for o caso.

§ 1º O certificado de depósito bancário é promessa de pagamento a ordem da importância do depósito, acrescida do valor da correção e dos juros convencionados;

§ 2º Os certificados de depósito bancário podem ser transferidos mediante endosso datado e assinado pelo seu titular, ou por mandatário especial, com a indicação do nome e qualificação do endossatário.

§ 3º Emitido pelo Banco o certificado de depósito bancário, o crédito contra o Banco emissor, pelo principal e pelos juros, não poderá ser objeto de penhora, arresto, sequestro, busca ou apreensão, ou qualquer outro embargo que impeça o pagamento da importância depositada e dos seus juros, mas o certificado de depósito poderá ser penhorado por originação do seu titular.

§ 4º O endossante do certificado de depósito bancário responde pela existência do crédito, mas não pelo seu pagamento.

§ 5º Aplicam-se a certificado de depósito bancário, no que couber, as disposições legais relativas à nota promissória.

§ 6º O pagamento dos juros relativos aos depósitos, em relação aos quais tenha sido emitido o certificado previsto neste artigo somente poderá ser feito mediante anotação no próprio certificado e recibo do seu titular à época do pagamento dos juros.

§ 7º Os depósitos previstos nestes artigos não poderão ser prorrogados mas poderão, quando do seu vencimento, ser renovados, havendo comum ajuste, mediante contratação nova e por prazo não inferior a um ano.

Art. 31. Os bancos referidos no artigo 29, quando previamente autorizados pelo Banco Central e nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, poderão emitir "certificados de depósitos em garantia" relativos a ações preferenciais obrigatórias, debêntures ou títulos cambiais emitidos por sociedades interessadas em negociá-las em mercados externos, ou no País.

§ 1º Os títulos depositados nestas condições permanecerão custodiados no estabelecimento emissor do certificado até a devolução deste.

§ 2º O certificado poderá ser desdobrado por conveniências do seu proprietário.

§ 3º O capital, ingressado do exterior na forma deste artigo, será registrado no Banco Central, mediante comprovação da efetiva negociação das divisas no País.

§ 4º A emissão de "certificados de depósitos em garantia" e respectivas inscrições, ou averbações, não estão sujeitas ao imposto do selo

#### SEÇÃO VI

##### Ações e obrigações endossáveis

Art. 32. As ações de sociedades anônimas, além das formas nominativas e ao portador, poderão ser endossáveis.

§ 1º As sociedades por ações, além do "Livro de Registro de Ações No-

minativas" deverão ter o "Livro de Registro de Ações Endossáveis".

§ 2º No livro de registro de ações endossáveis será inscrita a propriedade das ações endossáveis e averbadas as transferências de propriedade e os direitos sobre elas constituídos.

§ 3º Os registros referidos neste artigo poderão ser mantidos em livros ou em diários copiativos, nos quais serão copiados cronologicamente os atos sujeitos a registro.

Art. 33. O certificado de ação endossável conterá, além dos demais requisitos da lei:

I — a declaração de sua transferibilidade mediante endosso;

II — o nome e a qualificação do proprietário da ação inscrito no "Livro de Registro das Ações Endossáveis";

III — se a ação não estiver integralizada, o débito do acionista e a época e o lugar de seu pagamento, de acordo com o estatuto ou as condições da subscrição.

Art. 34. A transferência das ações endossáveis opera-se:

I — pela averbação do nome do adquirente no livro de registro e no próprio certificado efetuado pela sociedade emite e ou pela emissão de novo certificado em nome do adquirente;

II — no caso de ação integralizada, mediante endosso no próprio certificado, datado e assinado pelo proprietário da ação, ou por mandatário especial, com a indicação do nome e a qualificação do endossatário;

III — no caso de ação não integralizada, mediante endosso nas condições do inciso anterior e assinatura do endossatário no próprio certificado.

§ 1º Aquela que pedir averbação da ação endossável em favor de terceiro, ou a emissão de novo certificado em nome de terceiro, deverá provar perante a sociedade emite e sua identidade e o poder de dispor da ação.

§ 2º O adquirente que pedir a averbação da transferência ou a emissão de novo certificado em seu nome deve apresentar à sociedade emite e o instrumento de aquisição, que será por esta arquivado.

§ 3º Se a ação não estiver integralizada, a sociedade somente procederá à averbação da transferência para terceiro, ou à emissão de novo certificado em nome de terceiro, se o adquirente assinar o certificado averbado ou cancelado.

§ 4º A transferência mediante endosso não terá eficácia perante a sociedade emite e, enquanto não for feita a averbação no livro de registro e no próprio certificado mas o endossatário que demonstrar ser possuidor do título, com base em série contínua de endossos, tem direito a obter a averbação da transferência ou a emissão de novo certificado em seu nome, ou no nome que indicar.

§ 5º O adquirente da ação não integralizada responde pela sua integralização.

§ 6º Aquelas que transferirem ação endossável antes de sua integralização responderão subsidiariamente pelo pagamento devido à sociedade, se esta não conseguir receber o seu crédito em ação executiva contra o proprietário da ação ou mediante a venda da ação.

§ 7º As sociedades por ações deverão completar, dentro de quinze dias do pedido do acionista ou interessado, os atos de registro, averbação, conversão ou transferência de ações.

§ 8º A falta de cumprimento, do disposto no parágrafo anterior, autorizará o acionista a exigir indenização correspondente a um por cento sobre o valor nominal das ações objeto do pedido de registro, averbação ou transferência.

§ 9º Se o estatuto social admitir mais de uma forma de ação não poderá limitar a conversibilidade de uma forma em outra, ressalvada a cobrança do custo de substituição dos certificados.

§ 10. As sociedades cujas ações sejam admitidas a cotação nas Bolsas de Valores, deverão colocar à disposição dos acionistas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do arquivamento da ata da Assembleia Geral, as ações correspondentes ao aumento do capital mediante incorporação de reservas, correção monetária ou subscrição integral.

§ 11. As sociedades por ações são obrigadas a comunicar, às Bolsas nas quais os seus títulos são negociados, a suspensão transitória de transferência de ações no livro competente, com 15 (quinze) dias de antecedência, acontando o registro das transferências que lhes forem apresentadas com data anterior.

§ 12. É facultado às sociedades por ações o direito de suspender os serviços de conversão, transferência e desdobramento de ações, para atender a determinações de assembleia geral não podendo fazê-lo porém, por mais de 90 (noventa) dias intercalados durante o ano, nem por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

Art. 35. Os direitos constituídos sobre ações endossáveis somente produzem efeitos perante a sociedade emite e e terceiros, depois de anotada a sua constituição no livro de registro.

Parágrafo único. As ações endossáveis poderão, entretanto, ser dadas em penhor ou caução mediante endosso com a expressa indicação dessa finalidade e, a requerimento de credor pignoratício ou do proprietário da ação, a sociedade emite e averbará o penhor no "Livro de Registro".

Art. 36. A sociedade emite e fiscalizará, por ocasião da averbação ou emissão de novo certificado, a regularidade das transferências e dos direitos constituídos sobre a ação.

§ 1º As dúvidas suscitadas entre a sociedade emite e e o titular da ação ou qualquer interessado, o respeito das emissões ou averbações previstas nos artigos anteriores, serão dirimidas pelo juiz competente para solucionar as dúvidas levantadas pelos oficiais dos registros públicos, executadas as questões atinentes à substância do direito.

§ 2º A autenticidade do endosso não poderá ser posta em dúvida pela sociedade emite e da ação, quando atestada por sociedade corretora membro de Bolsa de Valores, reconhecida por cartório de ofício de notas, ou abonada por estabelecimento bancário.

§ 3º Nas transferências feitas por procurador ou representante legal do cedente, a sociedade emite e fiscalizará a regularidade da representação e arquivará o respectivo instrumento.

Art. 37. No caso de perda ou extravio do certificado das ações endossáveis, cabe ao respectivo titular ou a seus sucessores, a ação de recuperação prevista nos arts. 336 e 341 do Código do Processo Civil, para obter a expedição de novo certificado em substituição ao extraviado.

Parágrafo único. Até que os certificados sejam recuperados ou substituídos, as transferências serão averbadas sob condição e a sociedade emite e poderá exigir do titular ou cessionário, para o pagamento dos dividendos, garantia de sua eventual restituição, mediante fiança idônea.

Art. 38. A sociedade anônima somente poderá pagar dividendos, bonificações em dinheiro, amortizações, reembolso ou resgate às ações endossáveis, contra recibo da pessoa registrada como proprietária da ação, no livro do registro das ações endossá-

veis, ou mediante cheque nominativo a favor dessa pessoa.

§ 1º Se a ação tiver sido transferida desde a época do último pagamento do dividendo, bonificação ou amortização, a transferência levará ser obrigatoriamente averbada no livro de registro e no certificado da ação antes do novo pagamento.

§ 2º O recibo do dividendo, bonificação, amortização, reembolso ou resgate poderá ser assinado por sociedade corretora de Bolsa de Valores, ou instituição financeira que tenha o título em custódia, depósito ou penhor, e que certifique continuar o mesmo de propriedade da pessoa em cujo nome se acha inscrito ou averbado no livro de registro das ações endossáveis.

Art. 39. O certificado, ação ou respectiva cautela, deverá conter a assinatura de um diretor ou de um procurador especialmente designado pela Diretoria para esse fim.

§ 1º A sociedade anônima poderá constituir instituição financeira, ou sociedade corretora membro de Bolsa de Valores, como mandatária, para a prática dos atos relativos ao registro e averbação de transferência das ações endossáveis e a constituição de direitos sobre as mesmas.

§ 2º Os mandatários referidos no parágrafo anterior poderão substituir a assinatura de ações, obrigações ou quaisquer outros títulos negociáveis pela sua autenticação em máquina, especiais para títulos fiduciários, segundo modelos aprovados pelo Banco Central.

Art. 40. As debêntures ou obrigações emitidas por sociedades anônimas poderão ser ao portador ou endossáveis.

Parágrafo único. As sociedades que emitirem obrigações nominativas endossáveis manterão um "Livro de Registro de Obrigações Endossáveis", ao qual se aplicará o que couber, os dispositivos relativos aos livros das ações endossáveis de sociedades anônimas.

Art. 41. Aplicam-se às obrigações endossáveis o disposto no § 3º do artigo 32 e nos arts. 23 a 37 e 39.

Art. 42. As sociedades anônimas somente poderão pagar juros, amortização ou resgate de obrigações endossáveis, contra recibo da pessoa registrada como proprietária do respectivo título no livro de registro de obrigações endossáveis, ou mediante cheque nominativo a favor dessa pessoa.

§ 1º Se a obrigação tiver sido transferida desde a época do último pagamento de juros ou amortizações, a transferência deverá ser obrigatoriamente averbada no livro de registro e no certificado, antes do novo pagamento.

§ 2º Aplica-se às obrigações endossáveis o disposto no art. 38, § 2º.

Art. 43. O imposto do selo não incide nos negócios de transferência, promessa de transferência, opção, ou constituição de direitos sobre ações, obrigações endossáveis, quotas de fundos em condomínios, e respectivos contratos, inscrições ou averbações.

#### SEÇÃO VII

##### Debêntures conversíveis em ações

Art. 44. As sociedades anônimas poderão emitir debêntures ou obrigações, assegurando aos respectivos titulares o direito de convertê-las em ações do capital da sociedade emissora.

§ 1º Constarão obrigatoriamente da ata da assembleia geral, que terá força de escritura autorizando a emissão de debêntures ou obrigações ao portador, as condições para conversão em ações relativas a:

a) prazo ou épocas para exercício do direito à conversão;



b) bases da conversão, com relação ao número de ações a serem emitidas por debêntures ou obrigações endossáveis ou entre o valor do principal das debêntures e das ações em que forem convertidas.

§ 2º As condições de conversão deverão constar também dos certificados ou cautelares das debêntures.

§ 3º As condições da emissão de debêntures ou obrigações conversíveis em ações deverão ser aprovadas pela assembleia de acionistas, observado o quorum previsto nos arts. 94 e 104 do Decreto-lei nº 2.627 de 26 de setembro de 1940.

§ 4º A conversão de debêntures ou obrigações em ações, nas condições da emissão aprovada pela assembleia-geral, independe de nova assembleia de acionistas e será efetivada pela Diretoria da sociedade, à vista da quitação da obrigação, e pedido escrito do seu titular, no caso de obrigações endossáveis ou mediante tradição do certificado das debêntures, no caso de obrigação ao portador.

§ 5º Dentro de 30 (trinta) dias de cada aumento de capital efetuado nos termos do parágrafo anterior, a Diretoria da sociedade o registrará mediante requerimento ao registro do Comércio.

§ 6º Os acionistas da sociedade por ações do capital subscrito terão preferência para aquisição das debêntures e obrigações conversíveis em ações, nos termos do art. 111, do Decreto-lei nº 2.627 de 26 de setembro de 1940.

§ 7º Nas sociedades anônimas de capital autorizado, a preferência dos acionistas à aquisição das debêntures e das obrigações conversíveis em ações obedecerá às mesmas normas de preferência para subscrição das emissões de capital autorizado.

§ 8º O direito à subscrição de capital poderá ser negociado ou transferido separadamente da debênture conversível em ação, desde que seja objeto de cupão destacável ou sua transferência seja averbada pela sociedade emissora, no próprio título e no livro de registro, se for o caso.

§ 9º O imposto do selo não incide na conversão de debêntures ou obrigações em ações e, assim, no aumento do capital pela incorporação dos respectivos valores.

#### SEÇÃO XI

##### Sociedades anônimas de capital autorizado

Art. 45. As sociedades anônimas cujas ações sejam nominativas, ou endossáveis, poderão ser constituídas com capital subscrito inferior ao autorizado pelo estatuto social.

§ 1º As sociedades referidas neste artigo poderão, outrossim, aumentar o seu capital autorizado, independentemente de subscrição ou com a subscrição imediata, de apenas parte do aumento.

§ 2º Em todas as publicações e documentos em que declarar o seu capital, a sociedade com capital autorizado deverá indicar o montante do seu capital subscrito e integralizado.

§ 3º A emissão de ações dentro dos limites do capital autorizado não importa modificação do estatuto social.

§ 4º Dentro de 30 (trinta) dias de cada emissão de ações de capital autorizado, a Diretoria da sociedade registrará o aumento do capital subscrito, mediante requerimento ao Registro do Comércio.

§ 5º Na subscrição de ações de sociedade de capital autorizado, o mínimo de integralização inicial será fixado pelo Conselho Monetário Nacional, e as importâncias correspondentes poderão ser recebidas pela sociedade, independentemente de depósito bancário.

§ 6º As sociedades referidas neste artigo não poderão emitir ações sem

direito a voto, nem as de gozo ou fruição, ou partes beneficiárias.

Art. 46. O estatuto da sociedade com capital autorizado regulará obrigatoriamente:

I — a emissão e colocação das ações com prévia aprovação da assembleia-geral ou por deliberação da diretoria;

II — as condições de subscrição e integralização a serem observadas pela assembleia-geral ou pela Diretoria, na emissão e colocação das ações de capital autorizado;

III — a emissão e colocação das ações, com ou sem preferência para os acionistas da sociedade, e as condições de exercício do direito de preferência, quando houver.

§ 1º As ações de capital autorizado não podem ser colocadas por valor inferior ao nominal.

§ 2º Salvo disposição expressa no estatuto social, a emissão de ações para integralização em bens ou créditos, dependerá de prévia aprovação pela assembleia-geral.

§ 3º Nem o estatuto social nem a assembleia-geral poderão negar a preferência dos acionistas à subscrição das ações emitidas que se destinem à colocação:

a) por valor inferior ao de sua colocação em Bôrsa, se as ações da sociedade forem negociáveis nas Bolsas de Valores; ou

b) por valor inferior ao do patrimônio líquido, se as ações da sociedade não tiverem colocação nas Bolsas de Valores.

§ 4º Quando a emissão de ações se processar por deliberação da Diretoria será obrigatória a prévia audiência do Conselho Fiscal.

Art. 47. As sociedades anônimas de capital autorizado somente poderão adquirir as próprias ações mediante a aplicação de lucros acumulados ou capital excedente e sem redução do capital subscrito ou por doação.

§ 1º O capital em circulação da sociedade corresponde ao subscrito menos as ações adquiridas e em tesouraria.

§ 2º As ações em tesouraria na sociedade não terão direito de voto enquanto não forem novamente colocadas no mercado.

Art. 48. Nas condições previstas no estatuto, ou aprovadas pela assembleia-geral, a sociedade poderá assegurar opções para a subscrição futura de ações de capital autorizado.

#### SEÇÃO IX

##### Sociedades e fundos de investimento

Art. 49. Depende de prévia autorização do Banco Central o funcionamento das sociedades de investimento que tenham por objeto:

I — a aplicação de capital em Carteira diversificada de títulos ou valores mobiliários ou

II — a administração de fundos em condomínio ou de terceiros, para aplicação nos termos do inciso anterior.

§ 1º Compete ao Conselho Monetário Nacional fixar as normas a serem observadas pelas sociedades referidas neste artigo, e relativas a:

a) diversificação mínima da carteira segundo empresas, grupos de empresas associadas, e espécie de atividade;

b) limites máximos de aplicação em títulos de crédito;

c) condições de reembolso ou aquisição de suas ações pelas sociedades de investimento, ou de resgate das quotas de participação do fundo em condomínio.

d) normas e práticas na administração da carteira de títulos e limites máximos de custos de administração.

§ 2º As sociedades de investimento terão sempre a forma anônima e as ações serão nominativas, ou endossáveis.

§ 3º Compete ao Banco Central, de acordo com as normas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, fiscalizar as sociedades de investimento e os fundos por elas administrados.

§ 4º A alteração do estatuto social e a investidura de administradores nas sociedades de investimentos dependerão de prévia aprovação do Banco Central.

Art. 50. Os fundos em condomínios de títulos ou valores mobiliários poderão converter-se em sociedades anônimas de capital autorizado, a que se refere a Seção VIII ficando isentos de encargos fiscais os atos relativos à transformação.

§ 1º A administração da carteira de investimentos dos fundos a que se refere este artigo, será sempre conferida a Seção VIII, ficando isentos, com observância das normas gerais que serão traçadas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º Anualmente os administradores dos fundos em condomínios farão realizar assembleia-geral dos fundos, com a finalidade de tomar as contas aos administradores e deliberar sobre o balanço por eles apresentado.

§ 3º Será obrigatório aos fundos em condomínio a auditoria realizada por auditor independente, registrado no Banco Central.

§ 4º As cotas de Fundos Mútuos de Investimentos constituídas em condomínio poderão ser emitidas em forma nominativa, endossável ou ao portador.

§ 5º Os Fundos somente poderão emitir e manter em circulação cotas ao portador até a metade do número e valor das cotas em circulação e somente quando as cotas emitidas sob a forma nominativa ou endossável pertencerem a mais de 1.000 (mil) condomínios.

§ 6º Nas assembleias de sociedades em que participam, os Fundos de Investimentos constituídos em condomínio não poderão exercer os direitos de voto que corresponderiam à proporção do número de suas cotas emitidas sob a forma ao portador.

§ 7º As distribuições de resultados auferidos pelos Fundos sobre cotas emitidas ao portador ficarão sujeitas ao imposto de renda na fonte a razão de 20% (vinte por cento) sobre o total da distribuição.

#### SEÇÃO X

##### Contas-correntes bancárias

Art. 51. Os bancos e casas bancárias que devolvem aos seus depositantes os cheques por estes sacados, depois de liquidados, poderão fazer prova da movimentação das respectivas contas de depósito mediante cópia fotográfica ou microfotográfica dos cheques devolvidos, desde que mantenham esse serviço de acordo com as normas de segurança aprovadas pelo Banco Central.

Art. 52. O endosso no cheque nominativo, pago pelo banco contra o qual foi sacado, prova o recebimento da respectiva importância pela pessoa a favor da qual foi emitido, e pelos endossantes subsequentes.

Parágrafo único. Se o cheque indica a nota, fatura, conta, cambial, imposto lançado ou declarado a cujo pagamento se destina, ou outra causa

da sua emissão o endosso do cheque pela pessoa a favor da qual foi emitido e a sua liquidação pelo banco sacado provam o pagamento da obrigação indicada no cheque.

#### SEÇÃO XI

##### Tributação de rendimentos de títulos de crédito e ações

Art. 53. Está sujeito ao desconto do imposto de renda na fonte, a razão de 15% (quinze por cento), o deságio concedido na venda ou colocação no mercado por pessoa jurídica a pessoa física, de debêntures ou obrigações ao portador, letras de câmbio ou outros quaisquer títulos de crédito.

§ 1º Considera-se deságio a diferença para menos entre o valor nominal do título e o preço de sua venda ou colocação no mercado.

§ 2º Na circulação dos títulos referidos no presente artigo, o imposto não incidirá na fonte nos deságios concedidos entre pessoas jurídicas mas a primeira pessoa física que vender ou revender o título a pessoa física deverá:

a) reter o imposto previsto neste artigo, calculado sobre o deságio referido ao valor nominal do título;

b) exigir a identificação do adquirente e o recibo correspondente ao deságio;

c) declarar no próprio título a retenção do imposto nos termos da alínea a), e o montante do deságio sobre o qual incidiu.

d) fornecer ao beneficiário do deságio declaração da retenção do imposto, da qual deverá constar a identificação do título e as datas de sua negociação e do seu vencimento.

§ 3º Os títulos dos quais constar a anotação de retenção do imposto previsto no parágrafo 2º, alínea c), deste artigo, poderão circular entre pessoas jurídicas e físicas sem nova incidência do imposto, salvo se uma pessoa jurídica revende-lo a pessoa física com deságio superior ao que serviu de base à incidência do imposto pago, caso em que o imposto incidirá sobre a diferença entre o novo deságio e o já tributado, observado o disposto no parágrafo 2º.

§ 4º O deságio percebido por pessoas físicas na aquisição das obrigações ou títulos cambiais referidos neste artigo será obrigatoriamente incluído pelo beneficiário na sua declaração anual de rendimento, classificado como juros compensando-se o imposto retido na fonte com o devido, de acordo com a declaração anual de rendimentos.

§ 5º Se o prazo entre a aquisição e o vencimento do título tiver sido superior a 12 (doze) meses, a pessoa física beneficiária do primeiro deságio poderá deduzir do respectivo rendimento bruto, na sua declaração anual do imposto de renda a importância correspondente à correção monetária do capital aplicado na obrigação ou letra de câmbio, observadas as seguintes normas:

a) a correção será procedida entre as datas de aquisição e liquidação do título, segundo os coeficientes de correção monetária fixados pelo Conselho Nacional de Economia, para a correção das Obrigações do Tesouro;

b) a data e o valor de aquisição serão comprovados através da declaração de retenção do imposto (parágrafo 2º, alínea d) anexada à declaração.

§ 6º Os lucros obtidos por pessoas jurídicas na aquisição e revenda, ou liquidação de obrigações e títulos cambiais, integrarão o respectivo lucro real sem compensação de imposto na fonte referido neste artigo, se tiver

ido pago, e com a dedução da correção monetária nos casos e nos termos previstos no parágrafo 5º.

§ 7º Para efeito da declaração anual de renda, o rendimento dos títulos, a que se refere o parágrafo 3º, considerará-se percebido no ano da sua liquidação.

§ 8º O disposto no presente artigo entrará em vigor a 1º de janeiro de 1967, quando ficarão revogadas as disposições vigentes relativas à tributação de deságio inclusive a opção pela não identificação do respectivo beneficiário; salvo em relação ao disposto nos parágrafos 5º e 7º que será aplicável desde a publicação desta Lei nos casos em que o beneficiário do deságio optar pela sua identificação.

Art. 54. Os juros de debêntures ou obrigações ao portador e a remuneração das partes beneficiárias estão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte:

I — à razão de 15% (quinze por cento), no caso de identificação do beneficiário nos termos do art. 3º, da Lei nº 4.154, de 23 de novembro de 1962;

II — à razão de 60% (sessenta por cento), se o beneficiário optar pela não identificação.

Parágrafo único. No caso do inciso I deste artigo o imposto devido na fonte será compensado com o imposto devido com base na declaração anual de renda, na qual serão obrigatoriamente incluídos os juros percebidos.

Art. 55. A incidência do imposto de renda na fonte, a que se refere o art. 18 da Lei nº 4.357, de 18 de julho de 1964, sobre rendimentos de ações ao portador, quando o beneficiário não se identifica, fica reduzida para 25% (vinte e cinco por cento), quando se tratar de sociedade anônima de capital aberto definida nos termos do art. 53 desta Lei, e 40% (quarenta por cento) para as demais sociedades.

§ 1º O imposto de renda não incidirá na fonte sobre os rendimentos distribuídos por sociedades anônimas de capital aberto aos seus acionistas titulares de ações nominativas, endossáveis ou ao portador, se optarem pela identificação, bem como sobre os juros dos títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal, subscritos voluntariamente.

§ 2º Para efeito de determinar a sua renda líquida sujeita ao imposto de renda, as pessoas físicas poderão abater da renda bruta:

I — até Cr\$ 600.000 (seiscentos mil cruzeiros) anuais de dividendos, bonificações em dinheiro ou outros interesses distribuídos por sociedades anônimas de capital aberto às suas ações nominativas, endossáveis ou ao portador, se o beneficiário se identifica;

II — até Cr\$ 200.000 (duzentos mil cruzeiros) anuais de juros recebidos de títulos da dívida pública federal, estadual e municipal, subscritos voluntariamente;

III — até Cr\$ 200.000 (duzentos mil cruzeiros) anuais de rendimentos distribuídos pelos fundos em condomínio e sociedades de investimentos aludidos na Seção IX.

§ 3º A importância total dedutível da renda bruta pelas pessoas físicas amparadas pelos incisos I e III do parágrafo anterior não poderá exceder a Cr\$ 600.000 (seiscentos mil cruzeiros).

Art. 56. Para efeito de determinar a renda líquida sujeita ao imposto de renda, as pessoas físicas poderão abater de sua renda bruta:

I — 30% (trinta por cento) das importâncias efetivamente pagas para a subscrição voluntária de obrigações do Tesouro Nacional, de Títulos da Dívida Pública de emissão dos Estados e Municípios e de ações nominativas ou nominativas endossáveis de sociedades anônimas de capital aberto;

II — 15% (quinze por cento) das importâncias efetivamente pagas para aquisição de quotas ou certificados de participação de fundos em condomínio, ou ações de sociedades de investimentos, aludidas na Seção IX.

§ 1º Se, antes de decorridos 2 (dois) anos da aquisição, a pessoa física vier a alienar as obrigações e títulos públicos, quotas de participação em fundos de condomínio, ações de sociedades de investimento ou de sociedades anônimas de capital aberto, deverá incluir, entre os rendimentos do ano da alienação, a importância que tiver abatido nos termos deste artigo, com relação às obrigações, quotas ou ações alienadas.

§ 2º Os abatimentos a que se referem este artigo e o anterior não serão computados para determinar o limite estabelecido no art. 9º da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

Art. 57. As sociedades de investimentos, a que se refere o art. 43, que tenham por objeto exclusivo a aplicação do seu capital em carteira diversificada de títulos ou valores mobiliários, e os fundos em condomínio aludidos na Seção IX, não são contribuintes do imposto de renda, desde que distribuam anualmente os rendimentos auferidos.

Art. 58. Na emissão de ações com ágio pelas companhias de capital subscrito ou autorizado, as importâncias recebidas dos subscritores, além do valor nominal das ações constituem capital ecodente; não serão tributadas como rendimento da pessoa jurídica.

Art. 59. Caberá ao Conselho Monetário Nacional fixar periodicamente as condições em que, para efeitos legais, a sociedade anônima é considerada de capital aberto.

§ 1º A deliberação do Conselho Monetário Nacional aumentando as exigências para a conceituação das sociedades de capital aberto somente entrará em vigor no exercício financeiro que se iniciar, no mínimo, seis meses depois da data em que for publicada a deliberação.

§ 2º Para efeito do cálculo da percentagem mínima do capital com direito a voto, representado por ações efetivamente cotadas nas Bolsas de Valores, o Conselho Monetário Nacional levará em conta a participação acionária da União, dos Estados, dos Municípios, das autarquias, bem como das instituições de educação e de assistência social, das fundações e das ordens religiosas de qualquer culto.

#### SEÇÃO XII

##### Da alienação de ações das sociedades de economia mista

Art. 60. O Poder Executivo poderá promover a alienação de ações de propriedade da União, representativas do capital de sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, mantendo 51% (cinquenta e um por cento), no mínimo das ações das empresas nas quais mantêm ou devam assegurar o controle estatal.

Parágrafo único. É excluída das disposições deste artigo a Petrobrás Brasileiro S. A. — PETROBRAS.

Art. 61. O Conselho Monetário Nacional fixará a participação da União nas diferentes sociedades referidas no artigo anterior, ouvido o

Conselho de Segurança Nacional nos casos de sua competência e no das empresas cujo controle estatal é determinado em lei especial, e estabelecerá as normas que serão observadas para a alienação, respeitadas as seguintes condições:

I — a alienação será precedida da reavaliação do ativo das sociedades, feita com observância da legislação vigente, ficando as mesmas isentas do recolhimento do imposto de renda devido sobre a parcela da reavaliação proporcional à participação da União em seu capital social;

II — as ações serão negociadas através do sistema de distribuição instituído no art. 5º desta Lei, com a participação do Banco Central, na forma do inciso IV do art. 11, da Lei nº 4.506, de 31 de dezembro de 1964;

III — poderão ser recebidos como pagamento de 60% (sessenta por cento) do preço das ações os comprovantes de créditos dos contribuintes, relativos aos adicionais e empréstimos compulsórios vinculados ao Imposto de Renda, exceto aqueles que se destinem a subscrição compulsória de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional;

#### SEÇÃO XIII

##### Das Sociedades Imobiliárias

Art. 62. As sociedades que tenham por objeto a compra e venda de imóveis construídos ou em construção, a construção e venda de unidades habitacionais, a incorporação de edificações ou conjunto de edificações em condomínio e a venda de terrenos loteados e construídos ou com a construção contratada, quando revestirem a forma anônima, poderão ter o seu capital dividido em ações nominativas ou nominativas endossáveis.

Art. 63. Na alienação, promessa de alienação, ou transferência de direito à aquisição de imóveis, quando o adquirente for sociedade que tenha por objeto alguma das atividades referidas no artigo anterior, a pessoa física que alienar ou prometer alienar o imóvel, ceder ou prometer ceder o direito à sua aquisição, ficará sujeita ao imposto sobre lucro imobiliário, à taxa de 5% (cinco por cento).

§ 1º Nos casos previstos neste artigo, o contribuinte poderá optar pela subscrição de Obrigações do Tesouro, nos termos do art. 3º, § 8º, da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

§ 2º Nos casos previstos neste artigo, se a sociedade adquirente vier, a qualquer tempo, a alienar o terreno ou transferir o direito à sua aquisição sem construí-lo ou sem a simultânea contratação de sua construção, responderá pela diferença do imposto da pessoa física, entre as taxas normais e a prevista neste artigo, diferença que será atualizada nos termos do art. 7º, da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Art. 64. As sociedades que tenham por objeto algumas das atividades referidas no art. 62, poderão corrigir, nos termos do art. 3º da Lei número 4.357, de 16 de julho de 1964, o custo do terreno e da construção objeto de suas transações.

§ 1º Para efeito de determinar o lucro auferido pelas sociedades mencionadas neste artigo, o custo do terreno e da construção poderá ser atualizado, em cada operação, com base nos coeficientes a que se refere o art. 7º, § 1º, da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, e as diferenças nominais resultantes dessa atualização terão o mesmo tratamento fiscal previsto na lei para o resultado das correções a que se refere o art. 2º da referida lei, mas o imposto que sobre elas incidir será compensável com o imposto de pessoa jurídica devido pela sociedade sobre o seu lucro real.

§ 2º Nas operações a prazo, das sociedades referidas neste artigo, a apuração do lucro obedecerá ao disposto no parágrafo anterior, até o final do pagamento.

Art. 65. Por proposta do Banco Nacional de Habitação, o Conselho Monetário Nacional poderá autorizar a emissão de Letras Imobiliárias com prazo superior a um ano.

Parágrafo único. O Banco Nacional de Habitação deverá regulamentar, adaptando-as ao disposto nesta Lei, as condições e características das Letras Imobiliárias previstas no artigo 44 da Lei nº 4.320, de 21 de agosto de 1964.

#### SEÇÃO XIV

##### Alienação Fiduciária em Garantia

Art. 66. Nas obrigações garantidas por alienação fiduciária de bem móvel, o credor tem o domínio da coisa alienada, até a liquidação da dívida garantida.

§ 1º A alienação fiduciária em garantia somente se prova por escrito, e seu instrumento, público ou particular, qualquer que seja o seu valor, cuja cópia será arquivada no registro de títulos e documentos, sob pena de não valer contra terceiro, conterá o seguinte:

- a) o total da dívida ou sua estimativa;
- b) o prazo ou a época do pagamento;
- c) a taxa de juros, se houver;
- d) a descrição da coisa objeto da alienação e os elementos indispensáveis à sua identificação;

§ 2º O instrumento de alienação fiduciária transfere o domínio da coisa alienada, independentemente da sua tradição, continuando o devedor a possuí-la em nome do adquirente, segundo as condições do contrato, e com as responsabilidades de depositário.

§ 3º Se, na data do instrumento de alienação fiduciária, o devedor ainda não tiver a posse da coisa alienada, o domínio dessa se transferirá ao adquirente, quando o devedor entrar na sua posse.

§ 4º Se a coisa alienada em garantia não se identifica por números, marcas e sinais indicados no instrumento de alienação fiduciária, cabe ao proprietário fiduciário o ônus da prova, contra terceiros, da identidade dos bens do seu domínio que se encontram em poder do devedor.

§ 5º No caso de inadimplemento da obrigação garantida, o proprietário pode vender a coisa a terceiros e aplicar o preço da venda no pagamento do seu crédito e das despesas decorrentes da cobrança, entregando ao devedor o saldo porventura apurado, se houver.

§ 6º Se o preço da venda da coisa não bastar para pagar o crédito do proprietário fiduciário e despesas, na forma do parágrafo anterior, o devedor continuará pessoalmente obrigado a pagar o saldo devedor apurado.

§ 7º É nula a cláusula que autorize o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no seu vencimento.

§ 8º O proprietário fiduciário, ou aquele que comprar a coisa, poderá reivindicá-la do devedor ou de terceiros, no caso do § 5º deste artigo.

§ 9º Aplica-se à alienação fiduciária em garantia o disposto nos artigos 758, 762, 763 e 802 do Código Civil, no que couber.

§ 10. O devedor que alienar ou der em garantia a terceiros, coisa que já alienara fiduciariamente em ga-



rância, ficará sujeito à pena prevista no art. 171, § 2º, inciso I, do Código Penal.

#### Seção XV

##### Disposições diversas

Art. 67. O Conselho Monetário Nacional poderá autorizar emissões de Obrigações do Tesouro a que se refere a Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, com prazos inferiores a três anos.

Art. 68. O resultado líquido das correções monetárias do ativo imobilizado e do capital de giro próprio, efetuadas nos termos da legislação em vigor, poderão, à opção da pessoa jurídica, ser incorporados ao capital social ou a reservas.

§ 1º No caso de correção monetária do ativo imobilizado, o imposto devido, sem prejuízo do disposto no artigo 78 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, incidirá sobre o aumento líquido do ativo resultante da correção, independentemente da sua incorporação ao capital.

§ 2º Os resultados das correções monetárias serão considerados reservas para efeito da apuração de excesso de reservas em relação ao capital social.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional poderá excluir da obrigatoriedade do § 2º as empresas que requererem e justificarem a exclusão.

§ 4º As sociedades que no corrente exercício, e em virtude de correção monetária, tenham aprovado aumento de capital ainda não registrado pelo Registro de Comércio, poderão usar da opção prevista neste artigo, desde que paguem imposto nos termos do § 1º.

Art. 69. Os fundos contábeis de natureza financeira, em estabelecimentos oficiais de crédito, para aplicação de doações, dotações ou financiamentos, obtidos de entidades nacionais ou estrangeiras, não incluídos no orçamento, dependem de decreto do Presidente da República.

§ 1º Os fundos contábeis consistirão de contas gráficas abertas e serão exclusivamente para os objetivos designados pelo decreto do Poder Executivo, admitidas apenas as deduções necessárias ao custeio das operações.

§ 2º O decreto executivo de constituição de fundo deverá indicar:

I — origem dos recursos que o constituirão;

II — objetivo das aplicações explicitando a natureza das operações, o setor de aplicação e demais condições;

III — mecanismo geral das operações;

IV — a gestão do fundo, podendo atribuí-la ao próprio estabelecimento de crédito no qual será aberta a conta, ou a um administrador ou órgão colegiado;

V — a representação ativa e passiva do órgão gestor do fundo.

Art. 70. O imposto de consumo, relativo a produto industrializado saído do estabelecimento produtor diretamente para depósito em armazém geral, poderá ser recolhido, mediante guia especial, na quinzena imediatamente subsequente à sua saída do armazém geral.

§ 1º Para o transporte do produto até o armazém geral a que se destinar, o estabelecimento produtor remeterá emitida guia de trânsito, na forma do art. 54 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.

§ 2º A empresa de armazém geral fica obrigada a manter escrituração que permita à repartição fiscal competente o controle da movimentação de produtos feita na forma supra, da qual constarão os tipos, quantidades, lotes, valores, destinos e notas fiscais respectivas.

§ 3º No verso do recibo de depósito, do *warrant* e da guia de trânsito emitidos para estes fins, constará expressa referência ao presente artigo de lei e seus parágrafos.

§ 4º Não terá aplicação este artigo de lei nos casos do art. 26, incisos I e II, da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.

§ 5º O Departamento de Rendas Internas do Ministério da Fazenda expedirá as instruções e promoverá os formulários necessários ao cumprimento do presente dispositivo.

Art. 71. Não se aplicam aos títulos da Dívida Pública Federal, Estadual ou Municipal, as disposições do artigo 1.509 e seu parágrafo único do Código Civil ficando, consequentemente, a Fazenda Pública da União, dos Estados e dos Municípios, excluídos das formalidades de intimação prevista neste ou em quaisquer outros dispositivos legais reguladores do processo de recuperação de títulos ao portador, extraviados.

§ 1º Os juros e as amortizações ou resgates dos títulos a que se refere este artigo serão pagos, nas épocas próprias, pelas repartições competentes, à vista dos cupões respectivos, verificada a autenticidade destes e independentemente de outras formalidades.

§ 2º Fica dispensada, para a caução de títulos ao portador, a certidão a que se refere a primeira parte da alínea a do § 1º do art. 860 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, ou outros documentos semelhantes.

Art. 72. Ninguém poderá gravar ou produzir clichês, compor tipograficamente, imprimir, fazer, reproduzir ou fabricar de qualquer forma, papéis representativos de ações ou cautelas, que os representem, ou títulos negociáveis de sociedades sem autorização escrita e assinada pelos respectivos representantes legais, na quantidade autorizada.

Art. 73. Ninguém poderá fazer, imprimir ou fabricar ações de sociedades anônimas, ou cautelas que as representem, sem autorização escrita e assinada pela respectiva representação legal da sociedade, com firmas reconhecidas.

§ 1º Ninguém poderá fazer, imprimir ou fabricar prospectos ou qualquer material de propaganda para venda de ações de sociedade anônima, sem autorização dada pela respectiva representação legal da sociedade.

§ 2º A violação de qualquer dos dispositivos constituirá crime de ação pública punido com pena de 1 a 3 anos de detenção, recaído a responsabilidade, quando se tratar de pessoa jurídica, em todos os seus diretores.

Art. 74. Quem colocar no mercado ações de sociedade anônima ou cautelas que a representem, falsas ou falsificadas, responderá por delito de ação pública, e será punido com pena de 1 a 4 anos de reclusão.

Art. 75. O contrato de câmbio, desde que protestado por oficial competente para o protesto de títulos, constitui instrumento bastante para requerer a ação executiva.

§ 1º Por esta via, o credor haverá a diferença entre a taxa de câmbio do contrato e a da data em que se efetuar o pagamento, conforme cotação fornecida pelo Banco Central, acrescida dos juros de mora.

§ 2º Pelo mesmo rito, serão processadas as ações para cobrança dos adiantamentos feitos pelas instituições financeiras aos exportadores, por conta do valor do contrato de câmbio, desde que as importâncias correspondentes estejam averbadas no contrato, com anuência do vendedor.

§ 3º No caso de falência ou concordata, o credor poderá pedir a restituição das importâncias adiantadas, a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 76. O Conselho Monetário Nacional, quando entender aconselhável, em face de situação conjuntural da economia, poderá autorizar as companhias de seguro a aplicarem, em percentagens por ele fixadas, parte de suas reservas técnicas, em letras de câmbio, ações de sociedades anônimas de capital aberto, e em quotas de fundos em condomínio de títulos ou valores mobiliários.

Art. 77. Os contribuintes em débito para com a Fazenda Nacional, em decorrência do não pagamento do imposto do selo federal, incidente sobre contratos ou quaisquer outros atos jurídicos em que tenham sido parte ou interveniente a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, os Territórios, e suas autarquias, levados a efeito anteriormente à Lei nº 4.233, de 28 de agosto de 1964, poderão, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei, recolher aos cofres federais o imposto devido, isentos de qualquer penalidade ou correção monetária.

Art. 78. A alínea "i" do art. 20 do Decreto-lei nº 2.637, de 28 de setembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

i) as assinaturas de 2 (dois) diretores, se a empresa possuir mais de 1 (um), ou as de dois procuradores com poderes especiais, cujos mandatos devem ser previamente registrados na Bolsa de Valores em que a sociedade seja inscrita, juntamente com os respectivos *fac similis* de assinaturas.

Art. 79. O art. 21 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, é acrescido do seguinte parágrafo:

Parágrafo único. Nenhuma ação ou título que a representante poderá ostentar valor nominal inferior a Cr\$ 1.000 (um mil cruzeiros).

Art. 80. É fixado o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação desta Lei, para que as companhias ou sociedades anônimas cujas ações ou títulos que as representam tenham o valor nominal inferior a Cr\$ 1.000 (um mil cruzeiros) providenciem o reajustamento delas para este valor, através da necessária modificação estatutária, sob pena de não terem os seus títulos admitidos à cotação nas Bolsas de Valores.

Art. 81. Os Membros dos Conselhos Administrativos das Caixas Econômicas Federais nos Estados serão nomeados pelo Presidente da República, escolhidos entre brasileiros de elevada reputação e notória capacidade em assuntos administrativos ou econômico-financeiros, com o mandato de 5 (cinco) anos, podendo ser reconduzidos.

Parágrafo único. As nomeações de que trata o artigo anterior, bem como as designações dos Presidentes dos respectivos Conselhos, também pelo Presidente da República, independentemente da aprovação do Senado Federal, prevista no § 2º do art. 22 da Lei nº 4.504, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 82. Até que sejam expedidos os Títulos da Dívida Agrária, previstos pelo art. 105 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, poderá o Poder Executivo, para os fins previstos naquela Lei, se utilizar das Obrigações do Tesouro Nacional — Tipo Reajustável, criadas pela Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Parágrafo único. As condições e vantagens asseguradas aos Títulos da Dívida Agrária serão atribuídas às Obrigações do Tesouro Nacional — Tipo Reajustável, emitidas na forma deste artigo, e constarão obrigatoriamente dos respectivos certificados.

Art. 83. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 84. Revogam-se as disposições em contrário.

#### DISPOSITIVO VETADO

1) No parágrafo 6º do artigo 45, as expressões: "sem direito a voto, nem as".

2) No artigo 50, parágrafo 4º, a expressão: "ou ao portador" e os parágrafos 5º, 6º e 7º do mesmo artigo.

3) O Parágrafo 2º do artigo 56.

4) No artigo 60, a expressão: "mantém ou".

5) No parágrafo 1º do artigo 64, a parte final: "mas o imposto que sobre ela incidir será compensável com o imposto de pessoa jurídica devido pela sociedade sobre o seu lucro real".

#### ORDEM DO DIA

Veto presidencial (*parcial*) ao Projeto de Lei nº 2.732-B/65, na Câmara, e nº 104/65, no Senado, que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

| Cédula nº | Materia a que se refere  |
|-----------|--|
| 1         | Do § 6º do art. 45, as palavras: "sem direito a voto, nem as".   |
| 2         | Do § 4º do art. 50, as palavras: "ou ao portador".   |
| 3         | §§ 5º, 6º e 7º do art. 50 ( <i>totalidade</i> ).   |
| 4         | § 2º do art. 56 ( <i>totalidade</i> ).   |
| 5         | Do art. 60, as palavras: "mantém ou".  |
| 6         | Do § 1º do art. 64, a parte final: "mas o imposto que sobre ela incidir será compensável com o imposto de pessoa jurídica devido pela sociedade sobre o seu lucro real". |

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — A presente sessão conjunta do Congresso Nacional tem por finalidade apreciar o veto parcial ao Projeto nº 2.732-B/65, na Câmara, e nº 104/65, no Senado, que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

Trata-se de veto parcial. Foram atingidas cinco partes do projeto, conforme consta dos avulsos da Ordem do Dia.

A discussão será em conjunto. As votações serão utilizadas cinco cédulas, coloridas numa só sobrecorrente.

Está em discussão a matéria vetada. (*Pausa*).

Não há oradores inscritos.

#### O SR. CHAGAS RODRIGUES:

Sr. Presidente, peço a palavra.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Tem a palavra o nobre Deputado Chagas Rodrigues.

#### O SR. CHAGAS RODRIGUES:

(*Sem revisão do orador*) — Senhor Presidente, Srs. Congressistas, no momento em que o Congresso aprecia os vetos apostos pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei nº 2.732-65, que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento, desejo ocupar a tribuna para solicitar a atenção de

V. Ex.<sup>a</sup> para um dos vetos do Senhor Presidente da República.

S. Ex.<sup>a</sup> houve por bem vetar dispositivos de vários artigos, e iremos apreciar vetos através de cinco cédulas.

Não farei apreciação sobre as diferentes cédulas, ou sobre as matérias a que essas cédulas se referem. Posso adiantar a V. Ex.<sup>a</sup> que a liderança do Partido Trabalhista Brasileiro aceitará todos os vetos do Sr. Presidente da República, com exceção de um — o a que se refere a cédula 4.

Peço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o art. 60, do projeto, que foi parcialmente vetado. A Cédula nº 4 diz respeito ao dispositivo do art. 60. No art. 60, o Sr. Presidente da República vetou duas palavras. Verão V. Ex.<sup>a</sup> que essas palavras vetadas — se o veto for acolhido — terão influência decisiva na economia brasileira.

O Sr. Presidente da República, que é militar de carreira e não teve oportunidade de estudar a Ciência Econômica, mais uma vez foi levado por assessores cuja única preocupação, neste País é de destruir a economia nacional ou facilitar o ingresso, cada vez maior, do capital estrangeiro para estrangular a economia brasileira, ameaçando, portanto, a independência econômica do Brasil.

De acordo com o veto do honrado Sr. Presidente da República, as empresas nacionalizadas ou estatizadas — se assim preferirem V. Ex.<sup>a</sup> — são em número reduzido, por isso que a economia brasileira é uma economia capitalista, em que apenas alguns setores pertencem à Nação — configurando aquilo que os economistas chamam de "Capitalismo de Estado".

Essas reduzidas empresas nacionalizadas estão, agora, ameaçadas por esse veto que, se mantido, possibilitará a venda das mesmas, ficando o Governo Brasileiro apenas com 30%, 40% ou até mesmo 10% das ações.

Sabemos das dificuldades enormes que o empresariado brasileiro atravessa; sabemos que as indústrias nacionais não dispõem de recursos para adquirir uma parte, quanto mais a totalidade ou a maioria dessas ações. Nestas condições, grupos estrangeiros viriam e, através dos processos conhecidos, porque utilizados no mundo inteiro, apoderar-se-iam dessas empresas.

É evidente que empresas estrangeiras, ou grupos nacionais de testas-de-ferro, não iriam interessar-se por organizações que não estivessem em condições de proporcionar lucros elevados. Ficariam estas, então, por falta de compradores, nas mãos do Estado. Mas aquelas que pudessem proporcionar lucros fabulosos seriam vendidas a estes grupos nacionais de testas-de-ferro ou grupos estrangeiros.

Srs. Congressistas, diz o art. 60 vetado, parcialmente, pelo Sr. Presidente da República:

"Art. 60. O Poder Executivo poderá promover a alienação de ações de propriedade da União, representativas do capital de sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, mantendo 51% (cinquenta e um por cento), no mínimo das ações das empresas nas quais mantém ou assegurar o controle estatal".

Veta o Sr. Presidente da República a expressão *mantém* ou, ficando, de logo, afastadas as empresas sobre as quais o Estado mantém o controle. Isto significa que, nas sociedades em que o Estado mantém o controle, ficava estabelecido o mínimo de 51%; mas, com este veto, surgirá a possibilidade de, pelo fato de excluírem-se as empresas em que há controle do Es-

tado, termos uma porta aberta pela qual os grupos internacionais poderão apoderar-se das ações dessas empresas. Assim, a União ficará com 51%, no mínimo, das ações, apenas das empresas sobre as quais deve assegurar o controle. Somente nestas é que ficará com 51% das ações.

Se o Conselho entender que a União não deve manter esse controle, então o Governo Federal irá alienar sessenta, setenta, oitenta e até noventa por cento das ações.

Mas quem irá determinar se o Governo Federal deve ou não manter esse mínimo de 51% das ações das empresas nacionalizadas?

"O Conselho Monetário Nacional fixará a participação da União nas diferentes Sociedades referidas no artigo anterior..."

Sabemos que o Conselho Monetário Nacional é constituído por cidadãos adeptos da chamada economia livre, numa época em que não existe liberdade econômica, — porque os monopólios e oligopólios dominam os grandes ramos, os grandes setores da economia no mundo inteiro, — e que, de uma hora para outra, poderá a União ficar privada de um mínimo de 51%, o que vale dizer, do mínimo controle dessas ações.

Se o Governo possui 80 ou 90% das ações de determinadas empresas, ainda se pode admitir, dentro de um critério liberal, que o Governo, eliminando parte das ações, fique com o controle, quando entender que deva assegurar o controle estatal. Mas se o Conselho entender que esse controle do Estado não deve ser assegurado, então a União irá vender, como disse, quase a totalidade das ações que possui.

Como vêem V. Ex.<sup>a</sup>, a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro não está na tribuna para defender interesses de grupos econômicos nacionais ou estrangeiros, mas para defender aquilo que já está incorporado ao patrimônio do País, aquilo que já pertence à Nação brasileira, porque pertence ao Governo que, legitimamente, é órgão representativo da Nação.

Sei que os grupos nacionais e internacionais estão interessados em que esse veto seja aceito, porque eles avançarão nas ações que o Governo possui em todas essas empresas que possam, hoje ou amanhã, através de tarifas altas ou de preços monopolísticos, auferir lucros fabulosos.

Nós, portanto, estamos na tribuna para defender a riqueza nacional, para defender o patrimônio do País. Numa época em que, em toda parte, os governos se preocupam, nas sociedades capitalistas, em frear a ação deletéria dos monopolistas, em combater os trusts, o Brasil é, hoje, um dos raros países capitalistas do mundo em que os monopolistas usam e abusam. Enquanto nos Estados Unidos da América a legislação antitruste, vez por outra, apanha nas suas malhas aqueles que auferem lucros fabulosos ou que violam a referida legislação, no Brasil, esses monopolistas fazem o que querem, usam e abusam deste País, porque aqui estudantes e líderes sindicais são presos e detidos, mas não se tem conhecimento de que o atual Governo tenha jamais detido ou prendido quem quer que tenha abusado do poder econômico. (*Muito bem!*)

Numa época em que os países da Europa, da Ásia e da África marcham rumo à socialização; numa época em que governos socialistas estão implantados na Inglaterra, na Suécia, na Noruega; numa época em que o novo governo belga é da esquerda, de democratas-cristãos e de socialistas; numa época em que o governo italiano é socialista e demo-

crata-cristão e o novo Presidente da Áustria é socialista; numa época em que, em toda a parte, a economia é aos poucos transformada de capitalista em socialista, ou dentro da economia capitalista, em que o grosso da riqueza pertence a entidades privadas, passa a aumentar o número de empresas nacionalizadas, no Brasil o Governo faz o contrário: em lugar de aumentar o número de empresas nacionalizadas, de empresas em que o poder público tenha o controle acionário, o Governo brasileiro faz o oposto e procura alienar o controle acionário das reduzidas empresas capitalistas em que o poder público detém a maioria das ações.

O nosso País, infelizmente, não tem feito outra coisa, no império e na República, do que viver como cerra-fila, atrás, bem atrás das nações civilizadas, nas grandes conquistas do espírito humano. A escravidão — sabem V. Ex.<sup>a</sup> — foi extinta, no Brasil, quando já havia sido extinta em todos os países da América e em toda a área onde vive a chamada raça branca. Hoje, os analfabetos e os soldados votam em toda parte — votam na França, na Inglaterra, os soldados votam nos Estados Unidos, os analfabetos votam em todos os países da América Latina, na Ásia e na África. Aqui, não. Certamente, o Brasil será o último país do mundo a assegurar o direito de voto aos analfabetos. Numa época em que os socialistas ganham, pelo voto, nas democracias socialistas, ou através de revoluções, nos países da Europa Oriental e Ásia, chegam ao poder; numa época de socialização crescente, ou pelo menos em que, nas sociedades capitalistas, os governos se voltam contra os trusts e os monopólios, como nos Estados Unidos, nós aqui deixamos que os monopólios tomem conta do País e ainda vamos reduzir o número diminuto dessas empresas nacionalizadas.

Pode-se fazer isso, mas com o protesto de todos aqueles que estão aqui para defender os interesses da economia brasileira, e não os interesses de uma meia-dúzia que se preocupa, apenas, com lucros e mais lucros, num país subdesenvolvido, que não tem recursos financeiros para resolver os problemas básicos de miséria, de subdesenvolvimento e de pauperismo. Podemos dizer, hoje, o que os trabalhistas ingleses disseram quando os conservadores iniciaram aquela política — só parcialmente, aliás — de desnacionalizar as empresas; mais cedo ou mais tarde aquelas empresas seriam renacionalizadas. E o que estão fazendo em toda a parte.

Podem V. Ex.<sup>a</sup> se não atenderem ao apelo da Liderança trabalhista, no que se refere à cédula 4, votar *Não*. Estarão cometendo um erro prejudicial à economia nacional. Nós, com relação à cédula 4, votaremos *Sim*, porque queremos, não digo, ampliar, mas pelo menos manter essas empresas já nacionalizadas, porque as empresas que seriam vendidas — repito — são apenas aquelas que apresentarem rentabilidade, pois a economia capitalista e os grupos capitalistas só se interessam por lucros e em mais lucros. Essas empresas que poderão proporcionar lucros à economia nacional, ao Governo brasileiro, ao povo brasileiro, iriam, assim, proporcionar lucros a esses grupos privados, que avançariam, incontestavelmente, nesse acionário.

De qualquer modo, seja qual for o resultado desta votação, podemos dizer que é inútil tentar impedir o avanço da História e a luta pelo enriquecimento geral. Mais cedo ou mais tarde, não apenas estas, mas outras empresas serão nacionalizadas. Todas aquelas que forem indispensá-

veis à segurança nacional e, diretamente, ao bem-estar da coletividade, todas essas empresas terão de passar ao controle do Estado, numa economia capitalista, mas em que o Estado deva ter o controle dessas empresas básicas para o desenvolvimento, para a segurança e para o bem-estar do povo. Isto é muito diferente de uma economia socializada, em que os meios de produção passariam, todos eles ou na sua quase totalidade, ao domínio do Estado. Não! O de que se trata aqui é de, numa economia capitalista, manter, sob controle do Estado, aquelas empresas que, ou por interessarem à segurança, ou por interessarem ao desenvolvimento econômico e social, ou por serem indispensáveis ao bem-estar coletivo, devam ser mantidas nas mãos do Estado.

Vem o Governo e, em lugar de continuar essa política que se verifica em toda parte, quer reduzir essas empresas e vender essas ações a grupos internacionais. É uma política impatriótica, é uma política de empobrecimento do Brasil, porque esses lucros, que poderiam ficar aqui, para serem reinvestidos no desenvolvimento econômico da Nação, serão remetidos para fora, dentro, aliás, de uma legislação que vem beneficiando, como em parte alguma do mundo, os capitais estrangeiros.

Srs. Congressistas, sentimo-nos felizes por estarmos aqui defendendo, não interesses de grupos privados mas a economia do Brasil, aquilo que pertence ao Governo e que deve ser utilizado em benefício da coletividade brasileira. (*Muito bem! Muito bem! Palmas*)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Continua a discussão.

O SR. CROACY DE OLIVEIRA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. CROACY DE OLIVEIRA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Congressistas, como autêntico patriota, eu não poderia deixar de dizer algumas palavras em torno do art. 60, quanto ao que foi excluído pela assessoria do Presidente da República, ou seja, a expressão "mantém". Isso porque deixou-se, com o veto, ao critério subjetivo da apreciação do Poder Executivo os casos em que julgar desnecessário o Chefe do Governo assegurar o controle estatal de sociedades de economia mista.

Nessa hipótese, o Chefe do Poder poderá alienar totalmente as ações das sociedades em que julgar, graças à apreciação de ordem toda subjetiva, desnecessário o controle estatal. Depreende-se daí que os pretendentes à compra das ações das sociedades de economia mista só o farão quanto às das boas sociedades, porque os "abacaxis" deixarão para o Governo brasileiro.

Ao retirar-se a palavra "mantém" estamos abrindo as portas à compra do próprio Brasil (*Muito bem*). A Rede Ferroviária Federal S. A., por exemplo, que dá *deficits* fabulosos, poderá ser alienada totalmente pelo Governo, dentro de um critério, repito, todo subjetivo, sem apreciação do Congresso Nacional, poderá julgar nociva a sua permanência sob controle do Estado e decidir-se pela sua alienação. É um absurdo. Estamos facilitando a venda e retalhando o Brasil aos poucos! É preciso que os homens responsáveis do Congresso tenham presente o brado de alerta da liderança do meu Partido porque,

nós, os patriotas — e já tenho medo de empregar, até a palavra nacionalista, porque é crime, hoje em dia, ser nacionalista, emprego, portanto, a palavra simples, patriota, e não sei se, qualquer dia desses estaremos sob o crivo de certos dedos duros — cumprimos nosso dever!

Sr. Presidente e Senhores Congressistas, não sou comunista, não sou agitador, não sou brizolista, sou trabalhista autêntico que, acima do seu próprio Partido, coloca os altos interesses da Nação e que são os interesses de todos os brasileiros, que vivemos com os olhos e os sentimentos voltados e dirigidos exclusivamente para o altar dessa doce Pátria que nos serviu, por graças de Deus, de berço, e acho uma injustiça que, por negligência, por indolência, por indiferença de alguns, venhamos a dar acolhida a esse veto insensato, impatriótico. Nem que fosse minha mãe o Presidente da República que vetasse essa expressão, eu viria para esta tribuna verberar e condenar o ato.

Não tenho compadrio nem amizades, nem Castelo Branco, Getúlio Vargas ou João Goulart, ninguém. O grande partido de todos nós chama-se Brasil. Não interessam PTB, PL, UDN, ou outros partidos, nada. Não vamos abrir as portas para a

entrega das riquezas da nossa Pátria.

Chamo a atenção dos bravos Congressistas Brasileiros para este Veto. Prestem atenção, meus bravos Congressistas Brasileiros! O veto a que me refiro foi apostado ao artigo 60, em que foi retirada a expressão *mantém ou*.

O Sr. Teófilo de Andrade — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CROACY DE OLIVEIRA — Com todo prazer.

O Sr. Teófilo de Andrade — V. Exa. tem toda razão. Esta expressão *mantém ou* é essencial no texto e a sua supressão, de acordo com o veto, dará lugar à interpretação de que se entregará a direção ... a

O SR. CROACY DE OLIVEIRA — Será a alienação total.

O Sr. Teófilo de Andrade — ... total ou, pelo menos, da maioria das ações. Na justificativa do veto não diz que é isto o que se pretende. Mas no texto, se existe a expressão *mantém ou*, significa a manutenção, pelo Estado, de 51% das ações, a manutenção do controle das empresas. Com a supressão desta expressão se abrirão as portas ...

O SR. CROACY DE OLIVEIRA — Justo.

O Sr. Theóphilo de Andrade — ... para uma alienação da maioria das ações. Portanto, estou inteiramente de acordo com V. Exa.

O SR. CROACY DE OLIVEIRA — Muito obrigado pelo seu apoio.

Veja o nobre colega do PDC que nesta hora, não há partido. Todos nós, patriotas, nos unimos. É uma grande coisa que tal ocorra. Não há PTB, não há nada.

Um representante do PDC vem hipotecar sua solidariedade aos meus argumentos, a tese que sustento, a mesma sustentada pelo meu Líder, que me precedeu nesta tribuna — pensamento dominante na nossa bancada.

Sr. Presidente, cumpra o meu dever. Alertar aos Srs. Congressistas sobre este perigo, porque, compreendemos perfeitamente que a intenção do Poder Executivo, ao vetar, foi a de permitir a alienação de ações, mas conservando-se 51%. No entanto, houve apenas intenção, porque, na verdade nua e crua é o que proclamamos. Sabemos todos que o inferno está cheio de gente bem intencionada. Precisamos, pois, estar alertas. O critério subjetivo que se consagrou, através deste veto, prejudicará imensamente os altos interesses do Brasil.

Sr. Presidente, dou por cumprida minha missão de modestamente, aler-

tar os Congressistas brasileiros, na certeza de que aqueles que têm ouvidos de ouvir e olhos de enxergar, esses não permitirão que este Veto seja acolhido.

São asdespretensiosas palavras de um patriota autêntico, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem) Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Estão presentes 21 Srs. Senadores e 180 Srs. Deputados. Não há número para votação, que fica adiada para outra sessão, a ser oportunamente marcada.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Comunico aos Srs. Congressistas que a sessão conjunta marcada para amanhã, às 9 horas e 30 minutos, se realizará às 10 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 40 minutos).



**PREÇO DESTA NÚMERO Cr\$ 1**